



# PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO X — N.º 97 — SÃO PAULO AGOSTO DE 1965 REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2 CAIXA POSTAL — 62 48

## Assassinado Dias Lourenço?



ANTONIO DIAS LOURENÇO

LISBOA (Do Correspondente) — Correm insistentes rumores de que a PIDE assassinou o dirigente operário Antonio Dias Lourenço. Há várias semanas que a família e os amigos daquele patriota não conseguem obter notícias dele, esquivando-se a PIDE a prestar quaisquer informações a respeito do assunto. Por outro lado, a confirmar os receios existentes, a Fortaleza de Peniche encontra-se praticamente isolada do mundo, nada se sabendo do que se passa atrás dos seus muros. Essas medidas excepcionais, tomadas pelo carrasco Manuel da Encarnação Falcão, são atribuídas na Vila de Peniche ao temor de que transpire algo que a PIDE, deseja ocultar cuidadosamente da opinião pública nacional. Ora, a completa falta de notícias de Antonio Dias Lourenço, a precariedade do seu estado de saúde, agravado por constantes maus tratos, e a circunstância de se saber que é um dos presos mais odiados pela PIDE, levam o povo a admitir que aquele grande patriota tenha sido vítima dos esbirros do fascismo, o que explicaria a cortina de silêncio que isola Peniche.

Essa situação não pode, evidentemente perdurar. Até agora o Ministério do Interior e a PIDE recusam-se a fornecer explicações. Precisamente por isso iniciou-se já uma campanha

destinada a mobilizar a opinião pública nacional e internacional, no sentido de forçar o fascismo português a declarar o que aconteceu a Antonio Dias Lourenço. Cartas, telegramas, apêlos e abaixo assinados começaram a chegar em grande numero a Americo Tomás, a Salazar e aos ministros do Interior e da Justiça.

### Antecedentes

Em janeiro de 1955, Antonio Dias Lourenço, detido em Peniche há 5 anos conseguiu forçar uma porta do calabouço depois de vários dias de esforços, com uma navalha que ocultava. Saltando da altura de 10 metros sobre o mar, perto de uns rochedos, lutou durante varias horas, em pleno Inverno, contra o Atlântico. Esgotado, só às primeiras horas da manhã conseguiu alcançar a costa, sem roupa e sem calçado. Os operários da localidade, ao saberem que era um preso evadido, ajudaram-no a fugir da península de Peniche. Novamente detido a 14 de agosto de 1962, e torturado durante seis meses, encontrava-se agora de novo, na Fortaleza de Peniche.

### Apêlo ao Cardeal Cerejeira

Durante um Acto Público realizado em São Paulo, no Cen-

tro Democratico Espanhol, no dia 23 de julho, os participantes aprovaram o envio ao cardeal Cerejeira do seguinte documento:

Os signatários brasileiros, espanhóis e portugueses reunidos no auditório do Centro Democratico Espanhol, em acto relacionado com o estabelecimento do fascismo em Espanha vimos pelo presente expressar a nossa preocupação face às últimas notícias que nos chegaram de Peniche. Até nós chega a notícia alarmante de que aquele presidio se encontra isolado do resto do mundo, pois as visitas das familias aos presos foram interditas. Através de notícia divulgada em Lisboa tomamos conhecimento de que o preso político Antonio Dias Lourenço teria sido assassinado em Peniche. Também se desconhece o paradeiro do estudante preso, José Bernardino. Em nome dos principios humanitários que o governo português se comprometeu a respeitar ao subscrever a Declaração dos Direitos do Homem vimos solicitar que sejam tomadas imediatas providências no sentido de levantar a cortina de isolamento que caiu sobre a Fortaleza de Peniche, e que a família, o povo português e a opinião pública internacional, sejam urgentemente informados do que na realidade sucedeu a Antonio Dias Lourenço.

Segue-se mais de uma centena de assinaturas.

Um "colégio eleitoral" de 585 membros "elegeu" no passado dia 25 o "Presidente da República" portuguesa, Almirante Americo Tomás. Colocamos entre aspas, como se vê, ao anunciarmos essa operação de baixa cozinha que acaba de se desenrolar no nosso país, o "colégio eleitoral", a "eleição" e o "Presidente da República". Na verdade, já desde 1958 que Americo Tomás era "Presidente" entre aspas. Todos conhecem as fraudes que lhe permitiram subir ao poder, contra o candidato do povo português, General Humberto Delgado. Desta vez, porém, é tal a fraqueza do regime, que Salazar já nem se pôde dar ao luxo, que se permitira até 1958, de fraudar as eleições diretas. Para continuar dispondo de um "Presidente" entre aspas, necessita também de um "colégio eleitoral" entre aspas. E para a sessão de circo do passado dia 25 precisou encontrar 585 bichos domesticados, que dissessem amen em côro.

O circo funcionou bem, quase todos baliram na hora prevista. Repare-se, entretanto, que mesmo dentro da perspectiva circense em que tudo isto se coloca a operação foi um fracasso.

Prometera Salazar, no seu último discurso, uma opção decisiva para o seu regime, nesta "eleição" de 1965. Os exegetas oficiais da Sibila de Santa

Comba, interpretaram a sua palavra como a indicação de que o regime apresentaria este ano um nome menos comprometido, que possibilitaria, por uma transição suave para um liberalismo mitigado e falso, a última tentativa de salvação do salazarismo. Os comentadores mais lúcidos do problema português pensaram que, desta vez, os exegetas oficiais tinham razão ao interpretarem assim a palavra do seu mestre: com efeito, perante as inextricáveis e insolúveis contradições com que depara, a única saída para o regime parece ser essa.

A farsa de Julho demonstrou entretanto que Salazar não conseguiu encontrar o nome que lhe permitiria dar êsse passo. Foi, assim, forçado a utilizar novamente Americo Tomás, o menos indicado de todos os candidatos para tal operação.

A oposição deve, pois, encarar esta "eleição" como a maior derrota de Salazar nos últimos anos: é tal a deliquescência do regime português que ninguém, com um nome a respeitar, se quer comprometer com êle. A sessão do dia 25 demonstrou que, se Salazar ainda pode montar um circo com 585 "monos sábios", já não consegue encontrar, como número principal, nenhum equilibrista com uma certa classe.

PORTUGAL  
DEMOCRATICO

## A FARSA ELEITORAL



# Bonn e Lisboa de Mãos Dadas

Von Hassel, ministro da guerra da antiga República Federal alemã realizou recentemente uma visita de cinco dias ao Estado que no seio da NATO é um dos aliados de maior confiança da RFA: O Portugal de Salazar. Hassel fez uma visita de amizade ao almirante Américo Thomaz, o presidente da República sob cujo cargo corre agora o sangue do general Humberto Delgado, seu ex-riual nas eleições de 1958. O senhor ministro da guerra de Bonn falou com o ministro-presidente Salazar sobre rendosos negócios de armas, entre outros, tal como há 20 e tantos anos os representantes de Hitler o faziam com um Salazar mais jovem 20 e tantos anos. Von Hassel privou com o ministro dos Negócios Estrangeiros e o ministro da Defesa portugueses mas não para discorrer sobre o "Abril em Portugal" ou sobre a qualidade do vinho do Porto.

Como é já tradição, tais conversações e os acordos delas resultantes são mantidos em segredo afim de que o povo português não tenha conhecimento das novas tramagmas que contra ele urde o velho regime. Oficialmente, Von Hassel visitou algumas bases da NATO em Portugal e firmou com o governo português um acordo para o fornecimento de 60 aviões militares e de mais material bélico, a troca de novas bases para a força aérea da RFA. Como é sabido, em Beja, — sim, na mesma cidade onde há 3 anos patriotas portugueses assaltaram o regimento de infantaria — está sendo concluída uma grande base aérea para o treino de pilotos germano-ocidentais. A desculpa que há um ano o governo português se dignou dar ao povo, quando se soube do acordo, é risível: "a maior densidade de população da Alemanha teria criado a necessidade de realizar os vóos de treino sobre zonas menos densamente povoadas afim de garantir a tranquilidade da população"... Pelos vistos o governo salazarista prefere que seja a população portuguesa a correr os riscos do treino de pilotos de uma potencia estrangeira e ainda por cima militarista! A concessão dessa base causou grande indignação entre os democratas portugueses. Nem na era de Hitler as botas dos militaristas marcharam em território português. Fazem-no agora pela primeira vez na história de Portugal. Hitler desapareceu miseravelmente há 20 anos. Mas o seu grande amigo Salazar não, e agora decerto que recorda com regozijo a lembrança do antigo ídolo, pois parece que a Alemanha que para ele existe confirma: não foi tudo em vão, pois!

Hoje a RFA é mais poderosa economicamente do que o era a Alemanha de Hitler e as perspectivas que Portugal oferece aos grandes monopólios estrangeiros e particularmente aos germano-ocidentais são melhores do que nunca. Esta é a causa, prezados leitores, do assíduo vai-vem dos últimos tempos entre Bonn e Lisboa.

Não se trata pois apenas de boa harmonia de ideias e fatos entre ambos. As condições ideais que Salazar oferece aos grandes monopólios germano-ocidentais para o investimento de capitais tanto em Portugal como nas suas colónias escancararam a gula imperialista e neo-colonialista do grande capital germano-ocidental. O atrizo das forças produtivas em Portugal, o baixo preço das suas matérias-primas, a abundância de mão-de-obra barata asseguram de antemão elevados lucros a esses investimentos. A harmonia de interesses existentes permitiu à RFA tirar à Grã-Bretanha o primeiro lugar no comércio com Portugal, apesar deste ser membro da EFTA e não do Mercado Comum. Algumas das cifras que cito a seguir são tiradas do "Industrie-Kurier" de 6-4-65, de uma edição especial de três páginas inteiramente dedicada à economia portuguesa e à participação do capital germano-ocidental nos planos económicos do governo salazarista, o que já por si é significativo. Segundo o "Industrie-Kurier", atualmente a RFA é o mais importante parceiro comercial em Portugal com 23% do volume do comércio externo português. Em 1963, o volume comercial entre os dois países ultrapassou os 521 milhões de marcos, 50% das importações portuguesas de

maquinaria, veículos e ferramentas, vem da RFA.

De 1952 a 1964 os investimentos da RFA em Portugal atingiram 23 milhões de marcos e não cessaram de aumentar desde então. Em 1963, das 33 firmas estrangeiras que se estabeleceram em Portugal, 8 foram alemãs (Siemens, Grundig, Volkswagen, Ford, Opel, etc.) Siemens, por exemplo, constrói perto de Lisboa uma fábrica de motores e de transformadores eléctricos na qual já investiu 3,5 milhões de marcos. Grundig constrói perto de Lisboa uma fábrica de televisores, rádios e instrumentos electrónicos de precisão. Além das firmas Ford, Opel e outras, a Volkswagen construiu também uma fábrica de montagem de automóveis que já vendeu 1.500 Volkswagens de diversos tipos.

Mas não é só a indústria que atrai. Também a agricultura: 100 milhões de marcos para o projeto de irrigação do Alentejo, em benefício dos grandes senhores latifundistas, entenda-se, e dos seus amigos germano-ocidentais. E como o negócio do turismo está em vertiginoso progresso em Portugal, 50 milhões estão sendo investidos na construção de aeroportos de turismo.

Ao manancial que já corre da exploração da economia portuguesa e em primeiro lugar dos trabalhadores portugueses, soma-se o verdadeiro paraíso para o grande capital industrial, agrícola e financeiro germano-ocidental que são as colónias portuguesas. Só em Angola, cujo solo e subsolo são riquíssimos, e cujas jazidas de ferro de alto teor estão entre as maiores do mundo, Krupp-Essen apoderou-se da exploração do ferro. A produção anual deverá atingir 3 milhões de toneladas dentro de dois anos. Escusado é dizer que à custa do trabalho escravo dos proletários angolanos. E se os lucros em Portugal são enormes, nas colónias então são fabulosos. Tudo isso explica que nos últimos tempos, as visitas de magnatas e políticos se sucedam com frequên-

## O heroísmo dos operários de Pero Pinheiro

**LISBOA (Do Correspondente)** — Não obstante todas as cautelas tomadas pelas autoridades fascistas e a supressão pela censura de todo o noticiário referente ao assunto, o País inteiro conhece e comenta os acontecimentos que se verificaram em Maio na vila de Pero Pinheiro e que culminaram com uma onda de violências praticadas contra os marmoristas em greve.

Os antecedentes do movimento são velhos. Há muito que o pessoal das pedreiras locais vinha exigindo que os salários de fome recebidos fossem elevados de 10 escudos diários, esbarrando essa reivindicação com a recusa dos patrões. Quando recentemente se soube que um tal Manuel Dias Pereira, dirigente do Sindicato realizara um vultoso roubo, a indignação dos operários aumentou e ninguém na vila se surpreendeu quando nos primeiros dias de Maio, centenas deles se concentraram na sede do Sindicato, protestando contra as roubalheiras cometidas e exigindo o imediato atendimento das suas reivindicações. As autoridades fascistas, já alertadas pela empresa proprietária das pedreiras, quiseram dar uma "lição" a todos os "trabalhadores arrogantes" e determinaram que a Guarda Republicana intervisse sem contemplações. O resultado, contudo, não foi o esperado. Os marmoristas não se amedrontaram e receberam à pedrada o choque da GNR, ferindo gravemente um agente enquanto quebravam quase todos os vidros do Sindicato.

A greve, esperada, começou a 19 de Maio, diante da intransigência do patronato. Esgotadas todas as formas de luta, não havia outro caminho a seguir. Foi precisamente a 19 de Maio, com que se comportaram os dirigentes do movimento que tornou possível que o movimento, a princípio parcial, ganhasse logo proporções maiores, tornando-se

JOÃO FERRO

cia as visitas de altas patentes militares germano-ocidentais. Não há dúvida de que se entendem às mil maravilhas. Quantas recordações, quanta identidade de pontos de vista sobre as questões da atualidade! E que amplas possibilidades de uma íntima colaboração militar na periferia da NATO e de estratégia colonialista de Salazar. Em Lisboa existe uma missão militar pitais existentes em Portugal não chegam para os feridos; Bonn ou permanente alemã dirigida pelo general Becker. Com a intensificação da guerra colonial os hospitais militares, e militares portugueses feridos em combate tem sido tratados também em hospitais militares da RFA. Quando há 4 anos se iniciou a guerra em Angola, o governo germano-ocidental vendeu ao governo salazarista milhares de armas automáticas ligeiras, pois as fabricadas em Portugal não chegavam para massacrar os nacionalistas angolanos, e desde então não têm cessado de se ampliar as relações militares entre ambos. Portugal fornece à RFA munições e uniformes e a RFA fornece a Portugal viaturas e material técnico. A prova de que o negócio prospera foi a recente visita de Von Hassel e a venda de aviões de guerra a Salazar...

20 anos após o esmagamento do nazismo, o velho regime fascista de Salazar e o regime herdeiro da Alemanha de Hitler abraçam-se calorosamente como velhos amigos que, após 20 anos de ausência, se voltam a encontrar e verificam que apesar das vicissitudes dos tempos, eles permaneceram os mesmos... Não foi, pois, tudo em vão...

## ALPIARÇA FESTEJOU O 1.º DE MAIO

**ALPIARÇA (Do Correspondente)** — As grandes tradições de luta do povo desta vila ribatejana afirmaram-se uma vez mais durante o ultimo 1.º de Maio. Embora informados de que a policia tomara precauções excepcionais, os alpiarçenses comemoraram devidamente o Dia do Trabalho, transformando-o numa jornada de luta e confraternização.

Imediatamente após a meia noite, os primeiros morteiros e foguetes começaram a espoucar no firmamento, ante o desespero das autoridades fascistas, tendo o fogo durado até às três da madrugada.

De manhã, a policia verificou que a palavra de ordem da greve fora quase integralmente respeitada. Ninguém foi trabalhar nos campos e o setor da construção civil viu-se totalmente paralizado. A romagem à campa de Maria Albertina — a jovem heroína recentemente falecida — constituiu uma manifestação de solidariedade comovedora. Milhares de pessoas incorporaram-se no cortejo de flores.

Mais tarde, grande massa popular saiu da povoação para realizar um animado piquenique à beira do rio, durante o qual foram dados vivas à liberdade e morras a Salazar e ao fascismo. A GNR, temerosa de que a manifestação assumisse maiores proporções bloqueou a estrada, mas ante o aspecto impressionante do cortejo, quando o povo regressou, teve de se limitar a seguir atrás, enquanto à frente as mulheres gritavam palavras de ordem. E pela noite adiante, a festa prosseguiu nas ruas e nas praças da vila.

## Antonio Martins

Em Leça do Balio, a 11 de junho último faleceu o militante socialista o sr. António Martins. Além de outras atividades políticas e culturais a que se dedicou, o sr. António Martins administrou o semanário "República Social", tendo sido um dos principais organizadores da revista "Pensamento", suspensa em 1940 pela censura salazarista "Portugal Democrático" presta sentida homenagem ao patriota de saparecido.



"20 anos após o esmagamento do nazismo, o velho regime fascista de Salazar e o regime herdeiro da Alemanha de Hitler abraçam-se calorosamente como velhos amigos que, após 20 anos de ausência, se voltam a encontrar e verificam que apesar das vicissitudes dos tempos, eles permaneceram os mesmos..."

## O Obscurantismo Salazarista Ainda os Escritores

JOAQUIM B. DE CARVALHO

No ultimo artigo referimo-nos à extinção pelo Ministério chamado da Educação Nacional da Sociedade Portuguesa de Escritores. Referimo-nos também à "patriótica" acção "expontânea" de um grupo de "patriotas" depredando tudo quanto havia na extinta Sociedade, acção terrorista que apesar da sua "expontaneidade" teve no momento a participação "milagrosa", e certamente também "expontânea", da Televisão Nacional e Governamental. Foram interrogados pela PIDE os escritores João Gaspar Simões e Fernanda Botelho, e foram presos Manuel da Fonseca, Augusto Abelaira, e Alexandre Pinheiro Torres. Mas novos ecos nos chegam da acção terrorista desses "patriotas" da PIDE e dos Centúrias ao serviço da Ditadura Fascista de Salazar. A PIDE surge agora numa acção de "limpeza" das Livrarias de Lisboa, Porto, Coimbra, e também de Luanda. Livrarias e Casas Editoras foram visitadas, dezenas de milhares de livros foram apreendidos, e directores e empregados de Livrarias e Casas Editoras foram presos. Entre as dezenas de milhares de livros apreendidos chega-nos a noticia de que entre eles está a História de Portugal de Oliveira Martins (não acrescentamos um ponto de exclamação, porque nada nos espanta que assim tenha sido). Não sabemos até que ponto se confirma mais este grotesco pormenor. Mas devemos acrescentar que a confirmar-se, nada nos espantará menos. E assim é porque estamos absolutamente seguros de que Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Antero de Quental, Eça de Queiroz, nunca poderiam ter publicado a grande maioria das suas obras no clima do Portugal dos nossos dias. E se insistissem em fazê-lo, estariam seguramente a estas horas no Aljube, em Caxias, em Peniche, ou então no exílio. E' este o destino dos intelectuais com um mínimo de dignidade que tiveram a desdita de nascerem e viverem no Portugal de nossos dias. Dentro desta ordem de ideias e da repressão às ideias, confirma-se também a noticia de que o grande escritor que é José Rodrigues Miguéis, regressado a Portugal depois de mais de vinte anos de exílio, teria sido impedido de continuar a publicar na revista Seara Nova o seu romance Idealistas no Mundo Real. E para finalizar com os ecos que nos chegam do "paraíso salazarista", podemos acrescentar que, para que o Portugal de Salazar se assemelhe de muito perto do Portugal dos tempos do Santo Officio, não falta

mesmo a fogueira, das dezenas de milhares de livros apreendidos, no pátio do edificio da PIDE, à rua Antonio Maria Cardoso. Mas ao fim e ao cabo, toda esta actividade repressiva às actividades culturais, só talvez tenha como novidade o grau verdadeiramente hitleriano a que chegou, pois de longa data existe a Censura Prévia no "paraíso salazarista", de longa data são apreendidos livros, de longa data são encerradas associações culturais, de longa data são proibidas revistas de Cultura. Entre as últimas, lembramos dos do semanário cultural O Diabo, do mensário Sol Nascente, da revista Sintese, das perseguições à revista Vértice, à Serra Nova. Perseguições às revistas, aos seus directores, e aos seus colaboradores. Lembramos também que multíssimas revistas e jornais estrangeiros, nomeadamente franceses, estão impedidos de circular em Portugal. Para termos uma ideia do que se passa nestes dominios será escusado citarmos uma revista como Les Temps Modernes de Jean-Paul Sartre. Basta que lembremos a revista católica francesa Esprit, ou o semanário também católico e francês Témoignage Chrétien. Para finalizar estas linhas, lembremos que no Portugal de Salazar houve luto nacional pela morte do Ditador Nazi. Apenas lamentamos que o mundo que se intitula democrático assista a tudo isto impávido e sereno, e com escândalo do Povo Português considere o Portugal de Salazar como um País livre, e integrado naquilo a que se chama a Civilização Ocidental... Só por "blague"... e "blague" ocidental... Uma coisa nos parece segura: o Povo Português não esquecerá nenhum destes "pormenores" em data que julgamos não estar muito longe...

**OUÇA A RADIO PORTUGAL LIVRE**  
(hora de Portugal)

Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,45 em 32 metros; e das 24,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 25 e 26 metros.

**UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS**



# Novas e comentários

## Onde está Dias Lourenço?

Ainda por esclarecer o assassinato do General Humberto Delgado e já se receia que um novo crime tenha sido cometido pela PIDE no Forte de Peniche. Com efeito, desde o dia 6 de julho que não se sabe do paradeiro do destacado dirigente antifascista, Antonio DIAS LOURENÇO.

Todos os presos de Peniche estão cartados, as famílias e advogados proibidos de se aproximarem de Peniche, nas ruas de Lisboa corre insistentemente a notícia do assassinato de Antonio DIAS LOURENÇO.

Porquê esta inquietação? Antonio DIAS LOURENÇO, operário metalúrgico, dirigente privado da classe operária e do povo português, preso pela segunda vez em agosto de 1962 foi durante 6 meses barbaramente torturado, 6 meses de interrogatórios contínuos. Privado de alimentação durante 5 dias, impedido de dormir, espancado dia e noite, este destacado e honrado dirigente antifascista, suportou com honra todos os suplicios, justificando plenamente a confiança que nele depositavam o seu povo e o seu Partido. O ódio da polícia política por este destacado dirigente antifascista, símbolo de firmeza e resistência para todos os democratas e antifascistas ante uma polícia que quer fazer crer na sua invencibilidade, passou a ser mais feroz ainda.

O que a polícia não conseguiu no longo período de interrogatórios e torturas — aniquilar fisicamente os presos caídos nas suas mãos — procura obtê-lo no cruel e desumano regime prisional a que submette os Presos Políticos aí detidos.

A prisão de Peniche, onde se encontra a grande maioria dos presos políticos no cumprimento das condenações e onde se encontram também os dirigentes mais provados na luta contra o fascismo, vem sendo desde há longos meses alvo da maior repressão. Por várias vezes, a opinião pública internacional têm sido dirigidos apêlos angustiados dos presos e suas famílias no sentido de protestarem contra essas torturas e arbitrio. Entre estes presos, entre as vítimas mais visadas, sempre se encontrou DIAS LOURENÇO.

As provocações constantes, as ameaças de morte por parte dos carcereiros, o estado de sítio dentro da própria prisão, a falta de assistência médica, a ausência das mais elementares condições devidas ao ser humano, foram os presos políticos a uma luta constante em defesa das suas vidas e da sua dignidade de Homens. Nesta luta contra um regime cruel e desumano, Antonio DIAS LOURENÇO tornou-se o alvo do ódio e das perseguições dos carcereiros e da polícia política. O seu desaparecimento justifica o alarme dos seus companheiros, de sua esposa — ela também encarcerada na prisão de Caxias — dos seus filhos e de todos os democratas.

Onde está Antonio DIAS LOURENÇO? O que fez a polícia desta vida preciosa do movimento antifascista português? Foi Antonio DIAS LOURENÇO assassinado no Forte de Peniche? Mais um monstruoso crime da polícia política de Salazar?

Eis a interrogação angustiante que oprime os corações dos democratas portugueses!

Para fazer luz sobre este grave caso, para tentar salvar a vida de outros patriotas ameaçados, os democratas e o povo português precisam da solidariedade internacional.

Junto das embaixadas, e directamente para as entidades portuguesas — Presidente da República; Presidente do Conselho, Ministros do Interior e da Justiça e Director do Forte de Peniche exija-se o esclarecimento da situação de Antonio DIAS LOURENÇO, que sejam imediatamente restabelecidos os contactos dos presos com os familiares e advogados, que cessem as arbitrariedades e castigos infligidos aos presos políticos de Peniche.

A. A.

## Os centuriões

Chegou-nos às mãos um manifesto dos chamados Centuriões. O que são os Centuriões? Eles definem-se claramente no manifesto: "Os centuriões e a Nação. Somos Cem. Poderíamos ser milhares a afirmar a Nação e a defendê-la dos Abutres e dos Traidores; dos abu-

tres de fora; dos traidores de dentro. Para afirmar a Nação e defendê-la dos Abutres seremos dezenas de milhares. Para defender a Nação dos traidores somos Cem. Centuriões regressados de Angola, Moçambique e Guiné — somos cem. Condenamos a traição que o Governo e os seus órgãos não conseguem reprimir por meios legais. Somos cem que vimos tantas vezes a morte de perto que ela se tornou nossa familiar. A morte será a nossa arma contra a traição! Vamos mostrar a morte aos traidores, ver-lhes a cara tornar-se nojenta de terror e eliminá-los de seguida. Somos Cem espalhados por Dezasete cidades do Continente. Onde estiver a traição aparecerá a palavra Cem escrita sobre o cadáver do traidor. Primeiro: um aviso pelo correio. Depois um aviso telefónico. Se a traição continuar: o encontro com um dos Cem — o último encontro com a vida! Os Centuriões".

Trata-se, como bem se vê pelo texto transcrito, de uma organização clandestina terrorista e fascista, senão nazista. Uma organização clandestina com um jornal bem legal — que até se diz ser pensado de passar pela Censura — Azora que se imprime e vende à luz do dia em Lisboa. Não são também desconhecidas as estreitas ligações existentes entre este grupo de gansters e os gansters da PIDE. Também não são desconhecidas as ligações com grupos camarários espanhóis e alemães (antigos nazis ainda em actividade sob os olhares cúmplices do imperialismo americano), e sobretudo com a O. A. S. francesa. É corrente no citado jornal o elogio de Hitler e Mussolini, e a denúncia do General De Gaulle como um agente do comunismo internacional. A cada vez que o Governo do General De Gaulle fez aos membros da O. A. S. em França levou muitos deles a refugiarem-se em Espanha e Portugal, onde foram incentivados os grupelhos congêneres, fornecer-lhes a sua experiência de assassinos. Bem conhecidos dirigentes da O. A. S. francesa permaneceram e permanecem em Espanha e em Portugal. E em Portugal com uma quase inteira e descarada liberdade de movimentos. Foi em consequência de tudo isto que os Serviços de Segurança do Governo do General De Gaulle, ainda não há muito, foram compelidos, em Paris, a proteger do assassinato pelos Centuriões, cinco exilados políticos portugueses ali residentes. Lembramos, para terminar, como hipótese bem provável, a participação dos Centuriões, em colaboração com a PIDE, no assassinato do General Humberto Delgado.

J. B. de C.

## A Hipocrisia de R. Cartier

Uma criança branca não vale mais do que uma criança negra tal como a vida de uma freira de Bruxelas não vale mais do que a de um operário africano de Leopoldville. Mas não é assim, que pensa o sr. Raymond Cartier. Há muito que o conhecido reporter de PARIS MATCH se celebrou como defensor estrênuo do colonialismo. Para descrever a morte de uma menina belga é capaz de gastar colunas de prosa, esbanjando adjetivos ao gosto do seu público; mas o massacre de dezenas ou centenas de patriotas congolezes é a seus olhos acontecimento de somenos importância e indigno de merecer da sua pena fatigada mais do que cinco ou seis linhas secas. Não esquecemos ainda as reportagens que escreveu sobre o Congo, imediatamente após a independência daquele infeliz país. Sempre que as vítimas tinham cabelos louros e olhos azuis, comovia-se até às lágrimas, pingava sangue do seu coração sensível; se, pelo contrário, a pele era negra, e os cabelos crespos, nada mais podia derramar sobre os cadáveres a não ser fel. A seus olhos, pelo menos potencialmente, todo o colono branco é um anjo incompreendido e todo o africano patriota um assassino sedento de sangue.

Dignou-se agora o sr. Raymond Cartier visitar Angola, em viagem de turismo. Que se poderia esperar em matéria de impressões desse

# Rumo à Vitória PELA REFORMA AGRÁRIA - III

Publicamos abaixo a continuação do capítulo "Pela Reforma Agrária", dando prosseguimento à divulgação do importante depoimento "Rumo à Vitória".

"Toda a política fascista visa aniquilar a pequena produção e pôr a agricultura nacional nas mãos dum número cada vez menor de latifundiários e capitalistas.

As tão faladas leis do emparcelamento, da "colonização" e da "reconversão agrícola" do sul do país, são exemplos esclarecedores dessa política.

Qual o objetivo dos sucessivos projectos do emparcelamento? O objetivo tem sido, não a defesa dos interesses dos pequenos agricultores, pelo emparcelamento das suas pequenas leiras de terra de forma a tornar viável a exploração, mas sim a expropriação das melhores terras aos pequenos proprietários a fim de que os grandes proprietários nas regiões de pequena propriedade possam centralizar mais terra nas suas mãos e constituir grandes explorações de tipo capitalista mais "rentáveis", onde seja viável o emprego de máquinas e de melhores processos técnicos.

Em 1951, foi apresentado à Assembleia Nacional fascista um projecto de emparcelamento. Que estabelecia logo o primeiro artigo? Que o proprietário "pode ser obrigado por aquele que tenha terreno (confinante) com maior superfície (tripla) a trocá-lo por terreno da mesma natureza". No artigo 3.º, "na hipótese do préjizo do requerido ser encravado ou quando a área do préjizo do requerente seja dez vezes superior à daquele, o maior confinante pode obrigar o requerido à venda do préjizo". É evidente que se tinha em vista o emparcelamento compulsivo, que (a ser aprovado o projecto) seria uma arma violenta nas mãos dos grandes proprietários e pretexto para uma brutal cruzada de expropriações dos pequenos proprietários. O projecto não foi por diante, dada a encarniçada resistência a que previsivelmente daria lugar. Os grandes proprietários e os fascistas recuaram temporariamente.

## O médoo

Em fins de 1959 o governo voltou à carga. Uma nova proposta de lei admitia o emparcelamento coercivo. A discussão prolongou-se cerca de dois anos. O "Diário da Manhã" afirmava "não ter razão de ser... a dúvida que paira no espírito de muita gente... recosa que o emparcelamento conduza à constituição de grandes explorações à custa de expropriação dos pequenos agricultores" (27.10.62). Mas outros fascistas foram demasiadamente claros. O emparcelamento estava na sua ideia de tal forma ligado à expropriação e à expulsão dos pequenos agricultores, que defendiam que estes fossem povoados... as colónias. O Secretário

cultor da intolerância do racismo? A simples ideia de fazer turismo em Angola, só por si, já nos diz das disposições do seu espírito ao empreender a viagem... Como era de esperar, o sr. Raymond Cartier voltou encantado. De tal modo que as autoridades fascistas vêm explorando devidamente as suas declarações. E não é caso para menos. Em entrevista concedida à Rádio Oficial de Luanda, o visitante endossou praticamente a totalidade das teses colonialistas do fascismo português. E não ficou por aí. Uma das coisas que o deixou deslumbrado foi a "acção social" dos monopólios, particularmente da Companhia dos Diamantes. Afirmando que considera Portugal um "país ocidental típico", disse o sr. Cartier acreditar que o "acto de fé, intrepido e heroico" de Portugal, em Angola, "só na aparência vai contra as correntes da história". Interrogado a respeito do julgamento desfavorável da opinião pública mundial, respondeu lacónicamente que não o impressionava. Foi mesmo preemptório: "Não creio nela".

O admirador do fascismo salazarista está à altura do modelo admirado.

M. U. R.

da Agricultura teve a audácia de dizer: "o emparcelamento devia ser conjugado com a fixação em África do nosso excedente demográfico" (19.1.62). E o sr. Nunes Barata, apregoava: "Eis como as realidades da Metrópole se conjugam com as necessidades de ocupação de vastos territórios das províncias ultramarinas" (D. Manhã, 21.1.62). Os grandes proprietários gostariam de impôr o princípio de emparcelamento coercivo, ou seja de obrigarem pela força os pequenos proprietários a entregar-lhes as suas terras. Muitos dos seus representantes na Assembleia fascista assim o disseram. Não tiveram entretanto coragem de levar por diante o projecto inicial. Em primeiro lugar porque, tocando no "sagrado direito da propriedade individual dos pequenos poriam em causa também o "sagrado direito" dos grandes. Em segundo lugar porque o emparcelamento coercivo provocaria sem dúvida alguma uma onda de revoltas camponesas. Cuidado! — alertava um deputado fascista mais previdente. Cuidado com a "antipática reacção por parte das classes rurais" (Diário das Sessões, 18.1.62). Foi o médoo que os fez recuar.

Ninguém pode negar que o emparcelamento poderia ser útil se dirigido pelos pequenos proprietários e para benefício destes. Mas também ninguém pode negar que, nas mãos dos grandes agrários e dos fascistas, é uma perigosa arma dirigida contra os pequenos agricultores tendo em vista a sua liquidação.

Ficaram ainda na lei algumas disposições que permitem aos grandes proprietários e ao governo forçar os pequenos proprietários a entregarem as suas terras. Segundo a lei (artigo 39), o Conselho de Ministros pode aprovar e obrigar o emparcelamento desde que o projecto tenha sido aprovado pela maioria dos proprietários com maioria do rendimento colectável, "entendendo-se que o aprovam os proprietários que não tenham apresentado qualquer reclamação". Como as comissões "arbitrais" para efeito de avaliação dos terrenos e para dirigirem as operações de emparcelamento são compostas por grandes proprietários e funcionários do Estado salazarista é fácil ver até onde podem ir os abusos. Daí ser necessário da parte dos pequenos agricultores uma grande vigilância e a disposição para uma resposta pronta e enérgica a quaisquer propósitos de esbulharem das suas terras.

## O objetivo dos parcelamentos

Os fascistas dizem, entretanto, por vezes, que visam apenas corrigir os "defeitos da estrutura agrária", que são os interesses dos camponeses pobres que defendem com o emparcelamento das zonas de pequena propriedade. A melhor prova disso seria que nas zonas de grande propriedade, defendem o parcelamento da grande propriedade, de a criação de núcleos de novas pequenas explorações.

Qual é porém de facto o objectivo dos parcelamentos no sul? O que se pretende com a "colonização"? Pôr termo a grande exploração agrícola capitalista?

De forma alguma. O que se pretende é a transformação da cultura extensiva dos grandes latifundiários de muitos milhares de hectares em grandes explorações agrícolas de algumas centenas de hectares, mas com investimentos de capital (constante e variável) incomparavelmente superiores. Ao dividir-se uma parte do latifúndio em pequenas glebas, tem-se em vista atrair trabalhadores de outras regiões e fixá-los junto da grande exploração capitalista para ali trabalharem como assalariados. É esse o espírito dos recentes planos para a instalação de famílias de trabalhadores em pequenas glebas à volta das zonas beneficiadas pelas obras da hidráulica agrícola. Que este é o objetivo fica bem evidenciado no facto de que as glebas já distribuídas ou a distribuir nunca asseguram nem assegurarão a manutenção da família dos "colonos", antes constituem apenas um "complemento do salário" ganho na grande exploração confinante. Tais "pequenas explorações" nas zonas de grande propriedade são apenas "apêndice" das grandes explorações capitalistas e são criadas apenas para obter mão-de-obra garantida e a baixo preço para a grande exploração.

Uma tal orientação não é aliás

aplicada exclusivamente no Alentejo. Sempre com o mesmo objectivo de obter mão-de-obra a baixo preço para a grande exploração capitalista, seja na zona fronteiriça, da Beira, seja na região demarcada do Douro, seja mesmo no Minho, aparecem empresas pulverizadas.

Se os demagogos fascistas muitas vezes berram o humanitarismo dos seus planos, os técnicos da Junta de Colonização Interna são mais explícitos ao definirem como orientação da "colonização" completar a economia da família (de assalariados rurais) com o hortejo ou a courela, onde nos períodos de menor actividade e nas horas vagas, o trabalhador encontrará forma de cultivando a terra, conseguir um acréscimo nas receitas do seu pequeno orçamento doméstico".

## Os novos planos

A coisa é tão evidente que o mesmo pensamento existe em certas regiões (como Vieira de Leiria) da parte de industriais que consideram as glebas como "verdadeiros complementos do salário da indústria" e onde os operários "empregam parte dos seus ócios em contactos vivificadores com a Natureza" (D. Notícias, 1.5.62). O mesmo da parte de industriais, que projectam instalar-se no Alentejo e propõem que se distribuam glebas complementares de salário nos arredores da fábrica, onde depois do trabalho, os operários poderiam matar o vício (sic) e ajudar a economia familiar (Eng. J. Sampaio, "Jornal do Comércio" de 30.8.63).

Os parcelamentos no sul inscrevem-se assim, tal como os emparcelamentos no norte, na mesma política de protecção aos grandes agrários e capitalistas na mesma política de centralização e concentração na agricultura.

Quais os objectivos dos novos planos do povoamento florestal no Alentejo?

Segundo as declarações do Secretário da Agricultura feitas em Novembro do ano findo, referentes à "reconversão agrícola" ao sul do Tejo, a cultura agrícola de sequeiro passará de 2.020.000 para 750.000 hectares, a florestal de 200.000 para 2.230.000 hectares e a de regadio de 60.000 para 230.000 hectares. A primeira coisa que salta à vista é o propósito aberto de liquidar a cultura cerealífera. Durante dezenas de anos toda a política do governo foi no sentido do fomento, da extensão, do "encorajamento" da cultura do trigo. Do pé para a mão o governo resolve, nas palavras do Secretário da Agricultura, "desencorajar" a cultura do trigo e reduzir em mais de 1 milhão de hectares a cultura cerealífera no sul, ou seja reduzir esta a um terço da superfície actual. Desde logo se poderia dizer que, ou tem sido completamente imbecil a política do governo ao longo de dezenas de anos ou é completamente imbecil a política que agora se propõe seguir. Mas na verdade, contrária aos interesses da nação, sim, completamente irresponsável, também, imbecil de todo talvez não seja. Durante dezenas de anos o governo, com a sua política de trigo, com os subsídios dados aos grandes lavradores, garantiu a estes uma vida desafogada fundada na exploração miserável dos trabalhadores, na rotina, na preguiça, no desprezo pelos interesses nacionais. Só assim se tornou possível que se alargasse sempre mais e mais a cultura do trigo, apesar de se verificarem baixíssimos rendimentos médios de 6 quintais por hectare, que se exageraram e falsificaram para mais enquanto se seguiu a política de fomento da cultura trigueira, e que agora para "desencorajar", se afirma também exageradamente terem sido apenas de 5 quintais. O governo serviu assim os grandes latifundiários seus patrões.

Agora que objetivos têm os novos planos?

Um é responder às exigências do capital industrial e dos monopólios estrangeiros que pretendem criar no sul grandes fábricas (celulose e outras) utilizando a madeira como matéria prima. Os alemães financiam a irrigação do sul, mas exigem além dos juros, outras vantagens. E o dócil governo de traição nacional classifica rapidamente 1 milhão e 200.000 hectares como terras "não aptas" para a cultura de cereais e determina que "devem ser dadas à exploração florestal para desenvolver indústrias que tenham a madeira como matéria

(Cont. na 6.a página)



# Cinco séculos de parasitismo económico em Angola

AMERICO BOAVIDA

Uma grande Editora brasileira publicará brevemente um livro da autoria de um militante político angolano com responsabilidade na luta pela libertação do seu país, obra que será o primeiro trabalho do género em língua portuguesa: "Cinco Séculos de Parasitismo económico em Angola. O autor, Americo Boavida é um nome conhecido dos democratas portugueses. Elemento destacado do Movimento Popular de Libertação de Angola, Americo Boavida, além das suas atividades propriamente políticas, é um médico distinto, tendo exercido sucessivamente a sua actividade profissional em Angola, na República da Guiné, em Marrocos e no Congo. Neste ultimo país foi presidente do Corpo Voluntario Angolano de assistência aos Refugiados, organização fundada pelo MPLA e que desenvolveu uma obra de extraordinário significado humano e político até que o governo fanchoche de Leopoldville ordenou o seu encerramento.

O texto que publicamos a seguir é a Introdução do livro a que acima nos referimos e que será apresentado brevemente aos leitores brasileiros.

O multirracismo constitui a mistificação mais recente na história do colonialismo português para justificar a natureza particular do seu parasitismo. O processo de mistificação da verdadeira natureza do colonialismo em geral, e do colonialismo português em especial, é longo. Consiste em utilizar e fazer a apologia dos varios temas susceptíveis de sensibilizar as massas e que pretendem encerrar as formas ideais duma civilização em permanente contradição.

Numa primeira fase, sob o panegirico de cristianização dos selvagens, os governantes em Portugal, atiraram para os exércitos e para as caravelas a gente rude dos campos, os condenados e os aventureiros, para defender as conquistas duma civilização que se dizia ameaçada pelos bárbaros e infieis.

Depois, sob a bandeira da "dilatância da Fé e do Império", procurou-se justificar a política de expansionismo e de conquista que se seguiu à Independência. O progresso das ciências e da técnica na Europa realizou as condições que facilitaram a tarefa de "dar novos mundo ao mundo" — quando se partia em demanda do ouro e das especiarias.

Sob o imperativo da defesa duma herança e de territórios nos quais a missão civilizadora não havia ainda sido completada, ocuparam-se pela guerra e pela força países e territórios que constituíam unicamente o mercado de trabalhadores forçados e de escravos para as minas e as plantações do Novo Mundo.

E agora, é "a missão divina de um povo eleito", bastião da civilização ocidental na luta contra o comunismo que serve de justificação à oligarquia financeira em Portugal e aos seus associados para tocar a mentalidade simples do povo português, para o arrancar das suas terras e o atirar para as colónias para colaborar na opressão e exploração de povos que se levantaram contra a dominação estrangeira.

Com a desintegração do atômico e a conquista do cosmos, assistimos nesta segunda metade do século XX à afirmação de princípios duma nova humanidade, que foram impostos pelas conquistas da ciência à consciência de toda a humanidade.

O obscurantismo e a superstição são impotentes diante da ciência na mentalidade dos povos. A conspiração do silêncio que favoreceu a ignorância e a superstição, bate em retirada diante da Imprensa, da Rádio, do Cinema, da Televisão e tantos outros meios que a ciência pôs ao serviço da instrução da cultura e do progresso da humanidade. Não é mais possível mistificar os factores que condicionam as Ideias, a Moral, a Lógica e a Razão. Todos os povos têm hoje ao seu alcance os elementos fornecidos pelas contradições dum sistema social que lhes permitem conhecer e interpretar os actos da história.

A oposição é cada dia mais crescente — inclusive a oposição do povo português — em explorar e oprimir outros povos. Nesta encruzilhada da História, o colonialismo português, pela natureza particular da sua infra-estrutura e sub-desenvolvimento, debate-se num contexto onde as posições se definem tendo dum lado povos e países com desenvolvimento científico e meios de produção industrial, e doutro lado povos e países com materias primas, sem conhecimentos científicos nem meios para a sua transformação.

Na sua agonia, o colonialismo português procura simultaneamente, primeiro uma ideia-força que

actue na mentalidade do povo português para o confundir com os interesses económicos e financeiros da oligarquia portuguesa na aventura colonial. E em segundo lugar, (e este bastante mais difícil) um desenvolvimento económico e técnico capaz de o impedir na concorrência das potências industrializadas que disputam a assistência técnica e financeira aos territórios e países subdesenvolvidos saídos do colonialismo.

No Reformismo Colonial português, o novo Código de Trabalho Rural, é, dentro do conceito da ideia força, um novo aspecto da mistificação que justifica a continuidade duma missão civilizadora e uma tentativa desesperada dos colonialistas portugueses em se adaptar às condições novas criadas pelo Movimento irreversível de libertação nacional.

Os novos conceitos mal amadurecidos de autonomia, de auto-determinação e de integração multirracal aos agentes dos agrupamentos supranacionais que exploram e partilham em conjunto, das riquezas dos territórios coloniais portugueses, não resistiram às críticas que puseram a nu os seus verdadeiros objectivos.

Mas, se por um lado, a natureza e os objectivos fundamentais do colonialismo — e do colonialismo português em particular, — são soberbamente conhecidos, os meios de que lança mão para tentar sobreviver à sua agonia, e as formas com que se pretende mascarar para se justificar e beneficiar duma possível tolerância, fazem dele um inimigo ainda mais perigoso para o povo angolano.

Apresentado como exemplar pelos países defensores do colonialismo clássico, e utilizado como meio de penetração pelas potências do colonialismo moderno, o colonialismo português na sua forma particular de sub-desenvolvimento e parasitismo, soma a uma primeira fase que foi caracterizada pela liquidação das estruturas políticas, sociais e económicas dos reinos e povos que subjugou pela força — uma segunda fase de exploração colectiva desses territórios.

Numa etapa da história em que a Humanidade se preocupa e se debate na solução dos problemas económicos e sociais "no interesse da maioria esmagadora da população mundial, os dados estão postos para elaborar os princípios e as formas de organização que garantam o seu desenvolvimento natural."

Os acordos ratificados em nome do povo angolano pelos sucessivos governos coloniais em Portugal — monárquicos, republicanos, liberais ou totalitários — colocaram os verdadeiros e legítimos representantes do povo angolano, em face dum novo contexto.

A defesa dos verdadeiros interesses da maioria esmagadora do país, impõe que se denunciem as cláusulas e o espírito dos acordos firmados com os monopólios e os governos que exploram o povo angolano e as riquezas do seu território. Como interlocutores directos junto desses monopólios e desses governos, sobre esses representantes recai a responsabilidade da defesa da liberdade e do progresso das populações oprimidas e exploradas em Angola, e do direito à participação dos lucros e benefícios das riquezas do seu país.

A profilaxia das convulsões da descolonização, pressupõe novos moldes nas relações a estabelecer com as potências industrializadas, distintas das existentes com o antigo colonizador. O diálogo com os países que detêm os meios técnicos e financeiros para a exploração

das riquezas do território angolano pressupõe desde já que se definam especificamente, para cada país ou potência, o âmbito das suas actividades no tempo e no espaço. No campo económico, os problemas de planificação comum e de trocas de "complexos económicos regionais" que estão na base da defesa conjunta duma exploração racional das matérias primas e géneros alimentares para territórios vizinhos; os problemas de equipamento industrial tendente a favorecer a diversificação das manufacturas e produções tradicionais impostas pela colonização; os problemas de obtenção de créditos para o fomento económico e industrial, que não comportem cláusulas de limitação de soberania ou engajamentos a pactos militares contra os interesses vitais do país, vão obrigar a condições novas nas relações com todas as potências susceptíveis de fornecer a realização desses objectivos.

No campo cultural, a história comum da época pre-colonial leva a uma colaboração estreita no ressurgimento do património de civilizações que floresceram em aglomerados e populações com fronteiras comuns.

No campo social, toda uma vasta operação orientada no sentido de levar as populações a colaborar nas campanhas de educação que as libertem dos complexos dos mitos e inibições que caracterizam as relações impostas pelas minorias privilegiadas às maiorias oprimidas e exploradas.

E finalmente, a saúde pública. Contrariamente ao que a administração colonial praticou, dar prioridade médico-sanitária às populações rurais e trabalhadoras distantes dos centros urbanos. Criar efectivamente as condições para a completa extinção das endemias que azimam anualmente milhares de angolanos.

O parasitismo e os privilégios não podem sobreviver nas novas relações de completa igualdade e respeito mútuo entre as comunidades. Os governos e os grandes ou pequenos países qualificados para colaborar na reconstrução e no progresso do país.

## Pequenas Notícias

- Segundo informa a edição europeia do "New York Times", acaba de ser fundado em Portugal um partido clandestino de inspiração democrata-cristã.
- As relações entre Toquio e Lisboa são cada vez mais íntimas. O ministro dos Estrangeiros do Japão, em recente entrevista ao "Diário de Notícias", manifestou-se admirador incondicional de Salazar. Entretanto a invasão de capitais nipónicos, em Portugal e nas colónias, prossegue em ritmo acelerado.
- Moçambique continua a suscitar o entusiasmo dos milionários norte-americanos que ali vão passar férias. O ultimo foi o sr. Epyros Skouras que ali passou três semanas em grandes festas e caçadas.
- O "Daily Telegraph", jornal direitista britânico que desde sempre tem defendido a política colonialista de Salazar, sustenta que não há guerra na Guiné. Vai mais longe do que Salazar...
- Confirmando as previsões, a colheita de cereais foi este ano uma das piores dos ultimos tempos. A situação, no setor pecuário, é também critica.
- Vastas áreas do Alto Alentejo têm sido devastadas por pragas de gafanhotos, mostrando-se as autoridades incapazes de combater o flagelo.
- O deputado Nunes Barata, em discurso pronunciado na chamada Assembleia Nacional, revelou que existem em Portugal dez fortunas superiores a um milhão de contos.



Um aspecto da mesa que presidiu ao Ato Publico promovido em Caracas no dia 10 de julho pela Junta Patriótica Portuguesa de Venezuela.

## Democratas da França ante a morte de Delgado

O assassinio do general Humberto Delgado continua a fazer correr rios de tinta. Em todo o mundo amplia-se a campanha de protestos contra o crime, tendente a esclarecer as circunstâncias em que foi perpetrado.

Um grupo de antifascistas portugueses exilados em França, de que fazem parte alguns velhos amigos de "Portugal Democrático", deu a público, a respeito do assunto, a seguinte circular:

"O assassinio do general Humberto Delgado — antigo candidato de todas as forças da oposição portuguesa às "eleições" presidenciais de 1958 — continua a suscitar a justa indignação de todos os portugueses e democratas do mundo inteiro.

A responsabilidade moral e politica desse sórdido crime — mais um a acrescentar a uma longa lista de assassinios políticos, torturas e violências — cabe exclusivamente ao regime fascista português, ao ditador Salazar e à sua policia, aos seus cúmplices espanhóis, ao regime fascista de Franco.

Os signatários da presente — todos antifascistas portugueses residentes em França e conhecidos pelo seu combate contra a ditadura de Salazar — pensam que a opinião democrática não só portuguesa e espanhola, mas internacional, pode e deve mobilizar-se de maneira a exercer uma forte pressão sobre os governos de Salazar e Franco que os obrigue a explicarem-se sobre o seu embaraçado silêncio e mais ainda a aceitarem um inquérito internacional sério, sem ligações com os seus respectivos governos.

Eis porque nos permitimos escrever-vos para vos perguntar pessoalmente, e à vossa organização, se estareis na disposição de ajudar o povo português neste caso bem preciso. Estareis de acordo, pessoalmente ou vossa organização, em agir de acordo com os pontos seguintes?

— Iniciativas ou textos de protestos, individuais, colectivos ou por organização, junto dos governos português e espanhol, denunciando o crime e exigindo explicações; comunicados à imprensa sobre essas iniciativas e sua marcha.

— Após o importante inquérito já realizado por uma Comissão de eminentes juristas da Federação Internacional dos Direitos do Homem, a imediata constituição e organização de uma vasta Comissão Internacional de Inquérito com a participação de juristas, em primeiro lugar, mas também de outras personalidades de indiscutível autoridade moral e de representantes dos sindicatos e dos partidos antifascistas, dos movimentos para a amnistia e para a defesa dos direitos do homem, assim como de democratas portugueses residentes no estrangeiro.

— Adesão a um comité patrocinador da convocação de um ato publico de protesto, a realizar em Paris, o mais cedo possível.

— Participação de uma reunião com representantes dos signatários da presente, a fim de se chegar a acordo sobre um plano de acção. Essa reunião realizar-se-á em breve e a vossa presença é indispensável. Comunicar-vos-emos a data e o local.

Antecipadamente gratos e aguardando o prazer de uma resposta,

apresentamos as nossas saudações democráticas.

Pela Comissão: Lopes Cardoso, engenheiro agrônomo; Ramos da Costa, economista; Veiga Pereira, jornalista; Silas Cerqueira, investigador em ciências políticas; Maria Amélia Padez, professora Tomaz Raio, operário.

### HOMENAGEM DE ESPANHOIS

Por iniciativa do sr. Lorenzo Serrano, representante no Brasil do governo da Republica Espanhola no Exílio, realizou-se em São Paulo, no passado dia 10 de julho, no Templo Piratininga, do Grande Oriente de São Paulo, uma homenagem à memória do general Humberto Delgado.

Cabe recordar que o sr. Lorenzo Serrano foi, no Brasil, um dos mais íntimos amigos do general Delgado.

### PROTESTO DO PARLAMENTO DA VENEZUELA

Entre os muitos protestos que o assassinio do general provocou na Venezuela conta-se o da Câmara dos Deputados daquele país. A sessão do dia 13 de Maio p. p. foi quase inteiramente preenchida com um debate sobre o assunto. A intervenção principal coube ao deputado Rondon Lovera que, no final de um discurso em que analisou os factos vindos a publico, responsabilizando o governo de Lisboa pelo abjecto crime político, submeteu ao plenário a proposta que a seguir transcrevemos e que foi aprovada por unanimidade:

1.º — Que a Câmara exprima perante a opinião pública nacional e internacional o seu repúdio pelo crime político e peça aos organismos internacionais que concedem categoricamente o mesmo, na oportunidade do horrendo assassinio cometido na pessoa do líder da oposição portuguesa, general Humberto Delgado;

2.º — Que a Câmara exprima o seu repúdio pelos regimes anti-democráticos de Espanha e Portugal pelo tratamento incivil e inhumano, zado dado aos seus opositores e pela negação total dos direitos do homem e do cidadão consagrados nos textos fundamentais da comunidade internacional — tratamento de absoluto desprezo pela vida dos que exercem o direito democrático da oposição, como sucedeu no caso do general Humberto Delgado, morto às mãos da policia política do regime de opróbrio, de Antonio de Oliveira Salazar;

3.º — Que a Câmara se dirija à Comissão dos Direitos do Homem da ONU e à Associação Internacional dos Juristas, solicitando a sua intervenção para que seja esclarecido o assassinio do general Humberto Delgado e se torne efectiva a responsabilidade penal dos culpados".

### INICIATIVAS DA JPP EM CARACAS

Durante o acto público promovido na sua sede, em Caracas, para comemorar o Dia de Camões, a Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela aprovou o envio de telegramas ao "presidente" Americo Tomaz e a Franco, protestando contra o assassinio do general Delgado. No primeiro desses telegramas exigia-se tambem a reabertura da Sociedade Portuguesa de Escritores e uma amnistia geral para os presos políticos.



# Prossegue o terror cultural: apreensão em massa de livros

LISBOA (Do Correspondente) — A vaga de terror cultural desencadeada no fim do ano passado contra os estudantes assumiu agora novo aspecto. Dir-se-ia que o encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores foi o sinal para uma ofensiva generalizada contra tudo o que aos olhos da PIDE represente cultura. Nunca, nem mesmo nos tempos aureos do nazi-fascismo, o obscurantismo salazarista se permitira exibir tão abertamente a sua incompatibilidade com a inteligência.

Possuida de um verdadeiro furor sagrado, a PIDE vem lavadindo livrarias, prendendo escritores, ameaçando editores. Só nas ultimas semanas mais de 50.000 livros devem ter sido apreendidos pelas brigadas volantes do esbirro Silva Pais. A Editora Europa-America foi talvez a mais atingida, tendo sido presos varios dos seus directores e funcionarios. Os criterios da policia para a apreensão não obedecem a qualquer linha determinada, tudo dependendo da vontade dos agentes, quase todos eles semi-analfabetos. As obras editadas no Brasil vêm sendo particularmente visadas, alegando a PIDE que são altamente subversivas. Assim, raros livros editados pela Civilização Brasileira, Zahar e Brasiliense escaparam à sanha pidesca. Há, evidentemente, casos cômicos como, por exemplo, a apreensão de obras do grande pensador católico brasileiro Tristão de Athayde.

Entre os livros proibidos pelos censores a serviço da PIDE figuram obras extremamente diversas. Eis alguns títulos retirados da circulação: Meu encontro com Marx e Freud do sociólogo norte-americano Eric Fromm; O Mundo do Socialismo, do historiador brasileiro Caio Prado Junior; Cuba: an American Tragedy, dos jornalistas norte-americanos Robert Scheer e Maurice Zeitlin; Breve Historia do Fascismo, de Mario Fiorani; Fascistes et Nacis d'aujourd'hui, de Dennis Eisenberg; Which way Africa, do jornalista inglês Basil Davidson; O problema do trabalho, de Tristão de Athayde; Reforma Agrária ou revolução pela fome, de Realino de Oliveira; Stalin, de Isaac Deutscher; Comunismo e Terrorismo, de Leon Trotsky, e toda a coleção dos Cadernos do Povo Brasileiro, da Editora Civilização Brasileira.

Por outro lado, uma obra de divulgação das Testemunhas de Jeová. A base para se crer em um mundo novo foi também apreendida, demonstrando a PIDE com esse gesto o que vale a propalada liberdade religiosa de que o regime se orgulha. Mas não acabou aí as contra-dições. O romance l'Espoir, de André Malraux só pode ser vendido na versão original francesa, pois continua a ser considerado subversivo, apesar de Salazar haver recentemente agraciado o autor — actual ministro da Cultura da França — com uma alta condecoração.

A literatura africana de expressão portuguesa é rigorosamente filtrada e apenas raros livros merecem a aprovação dos censores da PIDE. Makua, uma coletanea de obras de varios escritores angolanos foi apre-

endida, bem como uma antologia intitulada Poetas de São Tomé e Príncipe, organizada por Alfredo Margarido.

A censura obrigou ainda a revista Seara Nova a suspender a publicação do romance de José Rodrigues Miguéis Idealista no Mundo Real.

O cinema e o teatro não escapam a esta campanha sistemática movida contra todas as manifestações de cultura. O II Festival de Cinema foi de tal modo prejudicado pelos cortes dos censores fascistas que, na solenidade de encerramento, os artistas que leram a acta dos premios concedidos, deploraram, dirigindo-se ao publico, que a maioria das fitas apresentadas tivesse sofrido graves mutilações. A reacção dos milhares de espectadores, aplaudindo de pé durante largo tempo esse corajoso desabafo, mostrou até que ponto a opinião publica está revoltada contra o terror cultural. No setor do teatro, a companhia Helena Felix teve boa parte do seu repertório interdito e só em face de um protesto assinado por grande numero de intelectuais e artistas, a censura autorizou a representação da peça «O Pomar das Cerejeiras», de Anton Tchekov, mesmo assim atrocemente mutilada.

## NOVOS PROTESTOS CONTRA O ENCERRAMENTO DA S.P.E.

O movimento de repulsa contra a brutalidade fascista que atingiu a Sociedade Portuguesa de Escritores continua em numerosos países. Entre os muitos protestos divulgados conta-se o apelo que, a proposito do assunto, a União dos Estudantes Portugueses em França dirigiu às organizações estudantis e de juventude de todo o mundo.

E' do seguinte teor esse documento:

"Caros amigos:  
A imprensa mundial divulgou já suficientemente o ultimo atentado cometido pelo governo português. Este continua a desenvolver uma feroz repressão contra a cultura, contra as ideias e contra o desejo de liberdade. Desta vez e após a repressão que se abateu sobre os estudantes são os intelectuais, os escritores da nossa Pátria que são atingidos. Há muito que a Sociedade Portuguesa de Escritores, entidade que agrupa os valores literários portugueses, atribuiu um premio anual às melhores obras aparecidas. A imparcialidade e a justiça características da atribuição desse premio conferiam-lhe um valor que raramente em Portugal distingue premios semelhantes.

Este ano o juri da Sociedade atribuiu o premio ao livro LUANDIA de Luandino Vieira, Natural de Angola, que se acha actualmente preso, condenado a uma pena de 14 anos de prisão, acusado das tradicionais "actividades subversivas". O governo considerou a atribuição do premio a Luandino Vieira como "um atentado contra a Patria", e a 23 de Maio p. p. dissolveu a Sociedade Portuguesa de Escritores, prendendo simultaneamente os membros do juri, continuando ainda detidos os escritores Alexandre Pinheiro Torres, Manuel da Fonseca e Augusto Abelaira. Por outro lado, um bando de individuos da extrema direita assaltou a sede da Sociedade destruindo tudo o que pôde encontrar.

Não se trata de um facto novo. Desde 1926, ano da tomada do poder, Salazar vem perseguindo os homens que pela sua capacidade podem contribuir para o desenvolvimento economico, social e cultural do País. E' o caso do unico Premio Nobel português, Egas Moniz. E' o caso de Manuel Valadares, Magalhães Vilhena, Zaluar Nunes e tantos outros que são obrigados a viver no exilio devido às perseguições a que foram submetidos em Portugal pelas suas ideias democráticas.

E' preciso, caros amigos que tais prepotências contra a cultura e a

democracia acabem em Portugal. E' preciso que por todo o lado, no mundo, se eleve um clamor de protestos contra tais açoes. Telegramas, petições, protestos — devem ser enviados ao governo português (ministro da Educação Nacional, Lisboa) para que:

- a Sociedade Portuguesa de Escritores SEJA REABERTA;
- os membros do juri presos SEJAM POSTOS EM LIBERDADE;
- os autores do assalto à sede da Sociedade de Escritores SEJAM PUNIDOS;
- a Sociedade de Escritores SEJA INDENIZADA pelos prejuizos causados pelo assalto.

Esperamos que este apelo seja ouvido e compreendido e pedimo-vos para agir no menor prazo possível.

Saudações fraternais do bureau da UPEF

## PROTESTO DE ESCRITORES INGLESES

Um grupo de intelectuais britânicos divulgou em Londres o seguinte documento:

A Sociedade Portuguesa de Escritores foi abolida pelo governo de Salazar. Cinco membros renomados do juri que concedera um premio ao escritor angolano Luandino

Vieira foram arbitrariamente presos e interrogados pela policia politica portuguesa (PIDE). A imprensa do governo empreendeu uma campanha para desacreditar a Sociedade Portuguesa de Escritores. Isso criou uma atmosfera que levou à destruição da sua sede por pessoas desconhecidas.

Nos escritores e poetas na Inglaterra lembramos que estas açoes do governo português constituem uma seria infração à liberdade de expressão em Portugal, numa clara violação à Declaração dos Direitos do Homem nas Nações Unidas. A Sociedade Portuguesa de Escritores merece o nosso melhor apoio. Deve ter uma existência livre da interferência do governo.

Brigid Brophy, Patrick Dickenson, Graham Greene, Michael Hamburger, John Harvey, Jacquetta Hawkes, David Holbrook, Sir Julian Huxley, Mervyn Jones, Laurie Lee, Hugh Mac Diarmid, Christopher Middleton, Iris Murdoch, Harold Pinter, William Plomer, J. B. Priestley, Sir Herbert Read, Anne Ridler, Bertrand Russell, Francis Scarfe, Alan Sillitoe, Raymond Williams, Lord Willis, Angus Wilson, Colin Wilson, John Ludney, John Wain, Arnold Wesker e Edna O'Brian.

## SOLIDARIEDADE DOS ESCRITORES CHECOS

Transcrevemos a seguir o telegrama que em 7 de julho p.p. a União dos Escritores Checoslovacos enviou ao ministro do Interior de Salazar:

"A União dos Escritores Checoslovacos protesta firmemente em nome de todos os poetas romancistas, dramaturgos e trabalhadores da literatura contra a prisão de três eminentes escritores portugueses — Pinheiro Torres, Manuel da Fonseca e Augusto Abelaira — e contra a dissolução da Sociedade Portuguesa de Escritores. Esses escritores não cometeram outro crime senão o de proporem a atribuição do premio de literatura ao romancista angolano Luandino Vieira, preso há tempos pelo regime do ditador Salazar. A União dos Escritores Checoslovacos exprime a sua inquietação profunda, lamentando que seja possível nos meados do Seculo XX que homens de letras esclarecidos possam ser perseguidos num país europeu com as ricas tradições culturais de Portugal pelo seu ponto de vista humanista e pela sua attitude critica em face do colonialismo obscurantista que é uma mancha na face do mundo actual".

# Colonialismo e Anti-Colonialismo

## Moçambique

A luta armada empreendida pelo povo de Moçambique contra a dominação colonial ganha amplitude cada dia que passa. Eis um resumo dos principais acontecimentos ocorridos nas últimas semanas:

Na região de Sagal, um comboio constituído por 6 carros militares sofreu uma emboscada. Treze soldados mortos e três carros postos fora de combate foram as baixas sofridas pelo exercicio de ocupação.

Um jeep e um caminhão que saíram em busca de água foram destruídos por guerrilheiros. Onze soldados que seguiam nos dois veículos foram mortos.

Mais seis soldados morreram numa emboscada sofrida em Nan-gololo.

Outros quatro soldados foram mortos, e vários feridos, junto à fonte de Sagal, quando procuravam abastecer-se de água.

A "ponte de Mueda", perto da localidade que tem o mesmo nome, foi destruída.

Foi atacada a base militar de Malele, na região de Mocimboa da Praia quando na mesma se encontrava apenas uma pequena guarnição. Cinco dos soldados que a defendiam morreram, enquanto os elementos nacionalistas se apoderaram de dois fusis e pequena quantidade de munições.

Em Kitoro, a 30 km. de Mocimboa da Praia, um grupo de 29 soldados sofreu três emboscadas sucessivas, em consequência das quais apenas 13 alcançaram a localidade de Diaca, para onde se dirigiam. Os restantes morreram.

Mais duas viaturas militares foram destruídas na sequência de emboscadas na região de Lidimo, calculando-se em seis o número de soldados mortos pelo fogo dos guerrilheiros.

Num ataque realizado a uma casa onde pernoitava um grupo de soldados portugueses, seis destes pereceram. Os guerrilheiros da PRELIMO utilizaram no ataque metralhadoras e granadas de mão.

Enquanto as guerras colonias engendradas pela politica do governo fascista seguem o seu curso normal, e no interior da Guiné, em Angola e nos distritos do norte de Moçambique, os militares portugueses matam e morrem diaramente por uma causa estranha aos interesses do seu povo, as fontes oficiais continuam a tentar passar

a moeda falsa de uma suposta paz nas "provincias ultramarinas".

Os fastidiosos "comunicados das forças armadas", tirados da mesma chapa desde há 4 anos, apenas com pequenas mudanças de pontuação e de chavões (consoante o redator de plantão no quartel-general), anunciam invariavelmente que "as nossas tropas prosseguem nas operações de limpeza, porém sem conseguirem estabelecer contacto com os bandoleiros, que fogem à sua aproximação", que "as nossas forças de terra estão tratando de destruir os últimos locais de refugio dos bandoleiros", ao mesmo tempo que informam que "as forças aéreas, em cooperação com as forças de superficie, desenvolvem no conjunto intensa actividade" (!!!). Isto em Angola, Na Guiné, diz a "Voz de Portugal", transcrevendo o "Diário de Notícias", que por sua vez reproduz a ANI, que "o terrorismo está desde há muito limitado à fronteira".

Em relação a Moçambique a ANI ainda não se lembrou de "esclarecer" que os "terroristas" se limitam a alvejar a "provincia" da margem oposta do Rovuma. Mas não será de espantar se ainda viermos a ver isso impresso na "Voz de Portugal", repetido do "Diário de Notícias" que por sua vez repete a ANI.

De certo modo esquecidas do mundo, há meses fora das manchetes da imprensa, as guerras de libertação nacional continuam no entanto desenvolvendo-se em todas as colónias portuguesas de Africa, marchando lentamente, mas firmemente, para o seu desfecho inexorável, que será a extinção do odioso sistema colonial praticado por um regime mais odioso ainda, o fascismo. Nesse esquecimento do mundo, sob essa falsa paz inventada pela mediocre imaginação dos funcionarios da ANI e dos serviços de informação do exercito, soldados portugueses, filhos do povo, sacrificados pelo mesmo regime que dirige a chacina dos povos coloniais, fazem o papel de algozes a serviço desse regime e pagam com as próprias vidas o preço dos crimes de que só ele é verdadeiro responsável. Salazar e todos os seus cúmplices, sejam estes de dentro ou de fora de Portugal, não são responsáveis apenas pelos crimes cometidos contra os povos da Guiné, de Angola e de Moçambique. São também responsáveis pela morte de cada soldado portu-

guês caído na luta e pela dignidade roubada ao seu sacrificio.

## Guiné

Com a chegada da estação das chuvas, as tropas colonialistas portuguesas vêm sofrendo na Guiné uma série de derrotas. As açoes desencadeadas pelos combatentes do PAIGC intensificam-se tanto ao Norte como ao Sul, e as forças do pacificador Schultz, desmoralizadas, passam em todo o lado à defensiva. Uma coordenação cada vez mais perfeita entre o Exercito Popular de Libertação e os guerrilheiros traduz-se num aumento da eficacia combativa das forças nacionalistas, como ficou demonstrado durante a ofensiva que terminou com a libertação da quase totalidade da região de Boé.

Dos ultimos comunicados dados a publico em Conakry pelo PAIGC transcrevemos as seguintes informaçoes:

No dia 1.º de Junho uma unidade do Exercito Popular atacou forças portuguesas na aldeia de Leto, forçando-as a retirar-se em lanchas pelo rio Farim. No mesmo dia, outro contingente militar derrotou uma força colonialista que tratava de reparar a estrada Bissora-Oiosato, destruindo um tractor e abalando cinco homens.

No dia 2 de Junho, um comando de guerrilheiros atacou uma patrulha portuguesa em Concalli, matando oito soldados e ferindo varios.

No dia 5 de Junho, duas unidades do Exercito de Libertação prepararam uma emboscada a um contingente colonialista na estrada acima citada. As perdas portuguesas ascenderam a 12 homens. No mesmo dia, um grupo movel do PAIGC destruiu a balsa de S. Vicente e afundou uma vedeta que interferiu na operação. Com essa acção vitoriosa, as comunicações de Bissau com o nordeste do País ficaram seriamente comprometidas.

No dia 7 de Junho o quartel português de Mansoa foi bombardeado.

No dia 9 de Junho, as tropas colonialistas perderam 9 homens durante uma tentativa de desembarque em Cabelol.

No dia 11 de Junho, à saída da cidade de Bissora, um comando de guerrilheiros matou seis soldados.



# Pela amnistia e contra a repressão

## Libertemos José Vitoriano

As autoridades fascistas, particularmente o "presidente" Americo Tomás e os ministros do Interior e da Justiça, continuam a receber de dezenas de países telegramas e abaixo-assinados exigindo a libertação do dirigente operário José Vitoriano, preso por força das "medidas de segurança", embora tenha cumprido há muito a pena em que foi condenado. O resultado de campanhas anteriores, desenhadas com o objetivo de arrancar das garras da PIDE outros patriotas nas mesmas condições traz-nos a certeza de que não são inúteis os esforços desenvolvidos a favor da libertação de José Vitoriano. Sabemos, aliás, por notícias recebidas de Lisboa que o governo fascista se mostra preocupado com a crescente repercussão internacional da campanha promovida pela Federação Sindical Mundial, pois, obedecendo ao apelo desse organismo, numerosas entidades sindicais nele filiadas vêm intensificando a sua acção em prol da libertação de José Vitoriano.

Recordamos uma vez mais aos nossos leitores que participar desse movimento de solidariedade é um dever. A corrente de cartas, telegramas e abaixo assinados não pode deter-se.

## Doze estudantes condenados

No dia 10 de Junho p.p. o Tribunal Plenário de Lisboa condenou, no final de três semanas de audiências, vários estudantes, acusados de "atividades subversivas". Artur Gouveia, sobre o qual impunha a acusação de haver fabricado uma bomba, foi condenado a três anos e meio de reclusão; José Luís Pires de Carvalho a quatro anos e meio e Francisco Rêgo de Almeida a três anos. Foram condenados em penas menores os reus: Bartilma Rosa de Almeida, Maria Georgina Maia de Azevedo, Henrique José Figueiredo Garcia Pereira, Antonio Manuel de Paulo Saraiva, Joaquim José Bettencourt de Andrade Sequeira, Luis Manuel Gravata Filipe, Antonio Guilherme de Faria Lopes Alves. Foram absolvidos Manuel Victor Sheppard de Azevedo e Artur Monteiro Figueira.

## O terror nas prisões

Nos presídios fascistas e especialmente em Peniche e Caxias continua a agravar-se a situação dos patriotas ali encarcerados. No primeiro, os carrascos Manuel da Encarnação Falcão e V. Ramos intensificam o regime de terror, privando os presos das regalias constantes do regulamento, tais como visitas, correspondência, jornais, recreios, etc. Por outro lado, os espancamentos são moeda corrente e as ameaças de morte diárias.

Aurora da Piedade Diniz, condenada recentemente a 2 anos de prisão e "medidas de segurança" esteve muito doente devido a maus tratos que lhe foram infligidos. Sua filha Maria Alice Diniz Parente, presa com ela numa tipografia clandestina, foi submetida durante seis noites à tortura da privação do sono e sujeita a interrogatórios ininterruptos. Em consequência dessas brutidades adoeceu gravemente, contraindo uma pneumonia.

## Manuel Guedes e a PIDE

A libertação de Manuel Guedes, obtida recentemente em circunstâncias conhecidas, foi uma grande vitória do povo português e da solidariedade internacional, tanto mais que a PIDE realizou esforços desesperados para o conservar preso. Sabe-se agora que, depois

de o Tribunal haver prorrogado as "medidas de segurança" o advogado impetrou um "habeas corpus", com base na disposição jurídica segundo a qual as "medidas" não podem ir além de três períodos de três anos, salvo no caso de insanidade mental que torne perigosa a presença do indivíduo em questão na via pública. Essa iniciativa obrigou a um exame médico num hospital psiquiátrico onde se desenrolou uma curiosa cena, já que a PIDE pretendia que Manuel Guedes era um doente mental. O médico repeliu a infâmia policial, declarando no seu relatório que aquele dirigente operário era perfeitamente sã de espírito, frustrando a manobra da PIDE, tendente a obter o internamento de Manuel Guedes num manicómio.

## Iniciativa da U.I.E.

A União Internacional de Estudantes, que vem comandando o impressionante movimento mundial de solidariedade aos estudantes portugueses em luta pelos seus direitos, acaba de publicar uma brochura em que faz um breve histórico das lutas estudantis de 64 e 65 a preceder a publicação integral do texto da Resolução sobre Portugal aprovada no seu 8.º Congresso, realizado em Sofia, em dezembro do ano passado.

Reproduzimos, abaixo, as palavras da introdução que abre esse importante documento: "No dia 24 de Março os estudantes democraticos de todo o Mundo recordaram os seus colegas de Portugal. Muitos destes acham-se na prisão. Milhares vivem sufocados

no clima de medo e obscurantismo do Portugal de hoje. Como homenagem a eles e confiados em que os seus sofrimentos terminem brevemente, a União Internacional dos Estudantes pede-vos que tomeis conhecimento destes factos e que os leveis ao conhecimento das vossas universidades, unindo vossas vozes ao coro universal que condena o tratamento que Salazar dá ao povo de Portugal.

## Homenagem à memória de C. Eufémia

Em acto público contra a repressão em Portugal e dedicado à memória da camponesa Catarina Eufémia, assassinada em Baleizão, durante uma manifestação de operários agrícolas que reclamavam pão e melhores salários, um grupo de mulheres portuguesas residentes em França manifestou no dia 30 de Maio p.p. a sua inteira solidariedade aos que sofrem nas prisões do fascismo.

Foi lida e aprovada por aclamação uma moção de solidariedade aos marmoristas de Pero Pinheiro, em greve por melhores salários, assim como um telegrama de protesto ao "presidente" Americo Tomás, contra as violências exercidas sobre aqueles grevistas, exigindo a imediata libertação dos seus líderes detidos. Assistiram à reunião mais de 200 pessoas. Na sala viam-se retratos de Catarina Eufémia, tendo sido lidas poesias de homenagem à grande patriota assassinada pelo tenente Carrajola, da GNR.

## O heroísmo dos operários...

(Conclusão da 2.ª pagina)

geral, com excepção dos motoristas de camiões. Ao fim da tarde, mais de cinco mil operários estavam em greve! Nem sequer a circunstancia de Pero Pinheiro se ter convertido numa cidadela pelas forças repressivas do fascismo contribuiu para enfraquecer o espírito de luta do pessoal. Os operários, denotando uma coragem extraordinária iniciaram o diálogo com a própria GNR, explicando que lutavam por uma causa justa — a da sua própria sobrevivência. A PIDE, entretanto, concentrava várias brigadas especiais na base aerea de Sintra, mas a sua presença, conhecida, apenas contribuiu para suscitar uma geral indignação em toda a região, não tardando que os trabalhadores de uma empresa metalurgica se declarassem em greve de solidariedade a seus companheiros marmoristas amacoados.

De Lisboa chegaram então ordens para desencadear a violência. As 20 horas, aproximadamente, a GNR abriu fogo contra os operários concentrados em frente do Sindicato. O povo, numa comovente manifestação de solidariedade, abriu as portas de todas as casas vizinhas e os trabalhadores dispersaram-se, refugiando-se nelas. Desconhece-

se em mais de uma dezena, três dos quais receberam tratamento num hospital de Sintra. Quanto ao numero de prisões, foi muito elevado, tendo sido conduzidos à Fortaleza de Caxias 49 operários.

Nos dias posteriores, o movimento prosseguiu, com os operários cada vez mais firmes na defesa das suas justas reivindicações. A solidariedade aos grevistas ampliava-se, alarmando as autoridades. No Barreiro e em Extremoz, os marmoristas locais entraram em greve, como protesto contra a repressão.

No fim da semana, os patrões, pela primeira vez em muitos anos, mostravam-se dispostos a discutir as reivindicações do pessoal e a atendê-las no essencial.

## Agradecimento ao Deputado Ruy Amaral

Uma delegação de democratas portugueses encabeçada pelo Comandante Oliveira Pio avistou-se, a 17 p. p. com o deputado Ruy Amaral, a fim de agradecer-lhe a intervenção na Câmara Federal a propósito do assassinato do General Humberto Delgado e sua secretária Dna. Arajaryr Campos. Assegurou o ilustre parlamentar que se acha empenhado em desmascarar o autor do crime do qual foi vítima uma cidadã brasileira e não poupará esforços até ao seu completo esclarecimento. Cabe recordar que o deputado Ruy Amaral por diversas vezes tem denunciado na Câmara o regime fascista de Salazar, que o torna credor da gratidão do povo português e dos democratas portugueses do Brasil.



Refletindo o interesse crescente dos trabalhadores portugueses emigrados na França pelos problemas políticos, acaba de aparecer "A Voz do Emigrante", nova publicação editada em língua portuguesa e destinada aos nossos compatriotas residentes naquele país. "A Voz do Emigrante" é editada em Strasbourg e o numero exacto de feridos, mas

# Carta de um Estudante Sobre a sua Prisão

"Eram 6 e 30 da manhã quando bateram à porta de minha casa. Minha mãe abriu e sentiu-se empurrada para o interior da casa por 3 homens que imediatamente se identificaram como sendo agentes da PIDE, perguntando se eu estava em casa.

Eram nulas as possibilidades de fuga. Poucos segundos depois, antes mesmo de me levantar da cama, esses homens já estavam no meio do quarto. Disseram-me para me levantar e acompanhá-los. Assim, com esta simplicidade, sem qualquer mandato de captura.

Enquanto me arranjava e me vestia, um deles não tirava os olhos de mim, dos meus gestos e seguia todos os meus passos. Os outros revistavam, por completo, o meu quarto. Esta operação levou cerca de 3 horas. Procuravam fundamentalmente cartas, jornais clandestinos, publicações das Associações Académicas, "carnets", papeis escritos por mim.

Pelas 9,30 saímos da minha casa. Na escada, estava outro agente da PIDE. Na rua, um automóvel esperava-nos. O condutor estava ausente; tinha ido vigiar as trazeiras de minha casa.

Fui levado para a sede da PIDE, na rua Antonio Maria Cardoso. Tiraram-me fotografias e quiseram saber o meu nome, morada, situação militar, curso que frequentava, etc.

Da sede da PIDE fui transferido para o "Aljube" prisão política situada no centro de Lisboa. A minha cela era estreita e comprida, completamente escura, sem cama, sem "u. c.". Entretanto, haviam-me tirado os olhos, a gravata, o relógio e os atacadores, além do porta-moedas e da carteira.

Sabia que iria ficar, pelo menos, 48 horas nesta situação, mas também poderia ficar assim por tempo indeterminado.

Só tempo depois é que pude ver os meus pais. Eles disseram-me que já tinham passado três dias. Eu não sabia por que não tinha relógio e porque a minha cela não tinha luz. Lá perdía-se a noção do tempo, lá era impossível ocupar o espírito em qualquer actividade. Tudo conduzia à introspecção, à angústia e mesmo ao desespero.

A visita demorou meia hora. Estávamos numa sala, em face uns dos outros, com um agente entre nós. Não podíamos falar da minha situação, e qualquer palavra que lhes sugerisse a ideia de que comunicávamos em "código", era suficiente para proibirem a continuação da visita.

Voltei para a minha cela por mais uns tempos e em certa ocasião, estando a dormir, fui acordado e de novo levado para a sede da PIDE. Meteram-me numa cela fechada e aguardei horas. Num quarto ao lado ouviam-se gritos de alguém que estava a ser torturado.

Quando a porta se abriu, foi para dar passagem a um agente de aspecto sorridente. Vinha oferecer-me cigarros e lamentar a minha sorte. Sobre tudo porque iria ser interrogado por um outro agente cujas brutalidades eram bem conhecidas. Era por isso que ele, como amigo, me vinha pedir para confessar tudo. E' que ele tinha pena de mim e não me queria ver sofrer...

Eu neste momento ainda não sabia sequer do que era acusado! Um pouco mais tarde entrava o polícia "mão". Tinha um ar de segurança em si e nos recursos que tinha para me obrigar a falar. Começou por afirmar que a polícia conhecia perfeitamente toda a minha actividade e deu alguns exemplos, recolhidos não em investigações mas por alguém que falou de mim.

A medida que o tempo do interrogatório foi passando a sua atitude foi endurecendo porque eu negava as acusações que ele me fazia. As ameaças e os insultos repetiam-se agora, com muita frequência.

Subitamente tentou bater-me na cara. Eu, que estava atento, consegui evitar que a sua mão me tocasse. O gesto em falso fê-lo desequilibrar-se. Então, eu olhei para ele profundamente e muito calmo disse-lhe: "Parece que o senhor agente esteve quase a cair!"

Estas palavras fizeram-lhe perder a cabeça por completo e chamou alguns dos seus companheiros para que o ajudassem a bater-me. Bateram-me até que se cansaram e transportaram-me de novo para a prisão do Aljube.

Procuraram melhorar o meu aspecto para que meus pais não notassem nada de estranho. Tiveram o cuidado de não me bater na cara.

Na segunda visita, meus pais disseram-me que o Ministro da Educação Nacional havia garantido que os estudantes presos não seriam torturados. Expliquei-lhes que uns dias antes me tinham batido violentamente. Por esta afirmação, proibiram-me receber visitas durante um mês.

Quando me levaram a um novo interrogatório não encontrei o mesmo agente que me havia batido.

Um novo agente disse-me ser muito humano e que estava muito descontente com o tratamento que me tinham dado. Disse-me também que tinha filhos estudantes e que portanto sofria muito por ter de interrogar estudantes. Sobre tudo, não queria que voltassem a bater-me. O melhor, disse, seria contar o que sabia porque depois veria a forma de fazer com que a declaração fizesse em termos favoráveis para a julgamento. Além disso, não valia a pena continuar a negar as acusações, porque a minha noiva já tinha confessado tudo. Disse que ela tinha sido presa na noite anterior e que depois de algumas torturas — que teve bom cuidado em descrever — havia confessado tudo o que se referia a mim.

Eu sabia perfeitamente que suas palavras não podiam reflectir a verdade, e que também podiam ser só uma manobra de desmoralização, continuei negando.

Então, procurei fazer-me ver tudo o que iria perder continuando preso, e os anos terribéis durante os quais viveria em prisão, as brutalidades a que ainda seria submetido.

No fim da conversa, disse: "Se não confessar, levá-lo-emos a julgamento e conseguiremos que o condenem a 8 anos de prisão. Se confessar não o levaremos a tribunal".

E deu-me a sua palavra de honra de que seria assim.

Fiquei só na cela sem saber que me iriam fazer, que novos métodos empregariam.

Depois de estar só, por pouco tempo, abriu-se lentamente a porta e entraram dois agentes que transportavam um homem desfigurado, com o rosto e o corpo cheios de sangue. Deixaram-no ficar o tempo suficiente para que eu o visse bem. Depois pediram desculpa e retiraram-se.

Depois de muitas horas de espera, entraram três agentes que me vieram acompanhar. Começaram a "tortura do sono". A partir desse momento toda a actividade deles e dos que os substituíam era só não deixar-me dormir. Usando broncas (excitantes), batendo-me, em suma, por todos os meios procuraram manter-me desperto. Esse "método" terminou três dias mais tarde, ao despalliar.

Transportado ao Aljube, mantive-me ali vários dias mais; a minha destruição física era demasiado notória. No entanto, ainda não haviam desistido.

Levaram-me à sede da PIDE pela terceira vez. Fui conduzido a uma sala muito quente, cujas paredes estavam cobertas com um papel com linhas brilhantes, a várias cores e fortemente iluminadas. Os agentes que me interrogavam tinham óculos escuros. Os interrogatórios eram sucessivos, feitos por equipes que se sucediam umas às outras que me não deixavam comer nem dormir, nem beber e que me explicavam como conseguiriam enlouquecer-me.

Cheguei a acreditar que o conseguiriam naquele ambiente infernal, em que a sede afoga, o sono descontrola e faz perder a vontade de resistir, e onde as paredes brilhantes afectam terrivelmente os olhos, entontecem, como se se movessem e dando um tom irreai a tudo o que nos rodeia.

60 horas mais tarde, como comecei a ter sintomas de perturbação, interromperam o interrogatório e conduziram-me já semi inconsciente à prisão de Caxias a 10 kilometros de Lisboa.

Neste momento não sei se voltarei a ser interrogado, se vou ser julgado — a PIDE pode ter alguém preso durante 6 meses e após a prisão é que deve instaurar o processo para levar o prisioneiro a julgamento, o que pode demorar mais alguns meses ou anos — ou se vou ser posto em liberdade.

Sei apenas que o Mundo não deveria permitir que tais horrores ainda existissem e que todos os povos verdadeiramente amigos da Paz e da Liberdade deveriam intensificar urgentemente a sua luta para banir da face da terra as tiranias e a opressão.



PORTUGAL DEMOCRATICO

SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

A GUINE "PORTUGUESA" EM CHAMAS

Atualmente, a Guiné "portuguesa" divide-se em duas zonas: a zona libertada, que ocupa cerca de metade do território do país, abrangendo todo o Sul e uma ampla faixa que se estende até ao Norte e a zona onde prossegue a luta armada contra as forças repressivas portuguesas. Nas regiões libertadas, o PAIGC normaliza a vida política, garante a segurança da população, realiza um trabalho educativo e restabelece e desenvolve a economia.

Presta-se uma atenção particular ao fomento da agricultura, principal base económica do país. As fazendas e plantações abandonadas pelos colonialistas são colocadas sob controle de comités populares de gestão. Em diferentes regiões da zona libertada e a título de experiência são criadas cooperativas. Melhora a técnica agrícola. Em consequência dessas medidas num só ano a produção de arroz — alimento fundamental da população — aumentou já em 20%.

A fim de comprar aos camponeses produtos agrícolas e fornecer à população os artigos necessários foram criadas grandes empresas comerciais — os armazéns populares. A companhia imperialista Sociedade Comercial Ultramarina, que antes monopolizava todo o comércio no Sul do País viu-se obrigada a fechar as suas sucursais e a suspender as suas actividades.

A solicitude do Partido para com a população manifesta-se na política sanitária e no desenvolvimento da instrução pública nos distritos libertados. Em muitas aldeias criaram-se centros sanitários. Nas zonas dos destacamentos guerrilheiros presta-se assistência médica não só aos combatentes mas também à população. Nas zonas conquistadas aos colonialistas construíram-se escolas. Já se publicou igualmente a primeira cartilha escolar. A campanha de alfabetização progride bem. De 1961 a 1964 o Partido deu instrução universal a 63 jovens de ambos os sexos, quer dizer, preparou três vezes mais quadros que os colonialistas portugueses em cinco séculos de dominação.

A luta armada do povo guineense desenvolve-se com êxito, apesar de ter aumentado o efetivo das tropas portuguesas. A prova tem-na nos comunicados regulares do PAIGC, relatando numerosos combates com os colonialistas, cujos destacamentos punitivos sofrem grandes perdas.

A grande batalha da Ilha de Co... em 1964 demonstrou claramente a força dos patriotas. O Estado Maior das tropas portuguesas decidiu expulsar a todo o custo os guerrilheiros da ilha, que se achava há um ano nas mãos do PAIGC. Os colonialistas concentraram ali grandes forças e desencadearam o ataque. No entanto, após dois meses e meio de combates não tinham ido mais longe do que a planície pantanosa situada entre o mar e a floresta. Durante todo esse tempo lançaram contra esta 400 bombas de aviação e 8.000 projecteis. A maioria das aldeias foi destruída, assim como as sementelhas e o gado. Mas a população patriótica negou-se a abandonar a ilha e unida aos guerrilheiros, continuou oferecendo enérgica resistência ao inimigo. Nos combates os portugueses tiveram 600 baixas entre soldados e oficiais mortos e feridos. Os patriotas derrubaram três aviões inimigos e avariaram dois, meteram a pique várias lanchas a motor e apoderaram-se de grande quantidade de armas, munições e apetrechos militares. Finalmente, as tropas portuguesas abandonaram a ilha.

Enquanto se combatia em Como, realizava-se nas proximidades do teatro de operações o primeiro congresso do Partido, ao qual assistiram delegados de todos os pontos do país. O Congresso registrou grandes êxitos alcançados pelas patriotas na libertação da pátria do domínio estrangeiro. Analisou também com espírito crítico a actividade do partido nos anos anteriores e aprovou importantes resoluções tendentes a corrigir os erros cometidos e as insuficiências existentes e a dar impulso à luta armada e política e a aperfeiçoar o trabalho económico e educativo nas zonas libertadas.

De acordo com as resoluções do Congresso, a atividade do Partido orientou-se durante os últimos meses no sentido de reestruturar e fortalecer as forças armadas do PAIGC. A luta entrou agora numa nova etapa. Além dos destacamentos guerrilheiros que operam em todo o território do país e acozzam constantemente o inimigo, incorporou-se à Resistência o Exército regular de Libertação criado pelo Partido. Unidades do Exército Popular, dirigidas por quadros militares preparados, realizam com uma frequência cada vez maior, e em colaboração com os guerrilheiros, audazes ataques contra as posições inimigas.

"A análise destes fatos — assinalou o secretário geral do PAIGC, Amílcar Cabral, a quem chamam "a alma e o coração da insurreição" — permite-nos tirar a conclusão de que se 1963 foi o ano do começo da nossa ação armada, 1964 foi o do seu desenvolvimento interno e da consolidação dos êxitos obtidos pelo nosso combate. Tanto a situação interna do país como as condições internacionais permitem-nos encarar confiadamente o futuro".

No plano internacional, tem fundamental importância para os patriotas da Guiné "portuguesa" o apoio da vizinha República da Guiné, cujo governo concede asilo e presta toda a espécie de ajuda aos patriotas. Além da fronteira entre as duas Guinés, as tropas do PAIGC recebem as armas modernas, principalmente da Argélia. O partido mantém estreitas relações com a oposição ao regime salazarista no próprio Portugal e fortalece por todos os meios a colaboração com os movimentos de libertação nas outras colónias portuguesas.

A Guiné "portuguesa" é um pequeno país, mas a valorosa luta do seu povo constitui um admirável exemplo do que pode fazer um povo pequeno quando defende o seu direito de ser livre e de viver de uma forma humana e digna. Acozzado pelos patriotas da Guiné, de Angola e Moçambique, o colonialismo português sofre grandes perdas. Está próxima a hora em que os povos das "provincias ultramarinas" de Portugal se libertarão do oprobrioso jugo de escravidão e passarão a fazer parte com iguais direitos da família dos Estados africanos independentes.

(M. Ahmadi, in Revista Internacional, Praga, Junho de 1965)

AOS CORPOS GERENTES E AOS SOCIOS DA SPE

(...) Talvez para compensar o lado burocrático da situação que ele próprio criou o governo desencana de volta da Sociedade Portuguesa de Escritores uma campanha demagógica lançando ao assalto da sua sede um bando de arruaceiros adestrados e enchendo os ouvidos do Povo com os "desagravos" já tradicionais do patriotismo ofendido. Assim o governo tenta apresentar-se como o campeão da rua contra o escol intelectual do País.

Estes dislates não surpreendem num governo cujo ressentimento despeitado em relação à inteligência é bem conhecido. Mostram, por outro lado, como os maus hábitos inveterados podem não só corromper a consciência mas ainda fazer perder o sentido das proporções e das conveniências.

Em contraste, o juri perseguido e a Sociedade que resistiu às pressões e ameaças do poder corrupto deu-nos um exemplo reconfortante de apuro moral.

Acima de considerações oportunistas de baixa política o juri pôs, como lhe compete, os valores permanentes da arte e da cultura. Não lhe competia saber se o premiado era ou não amigo do governo, mas só qual era a categoria literária da sua obra. Tanto pior para o Governo se os homens que ele persegue são altos valores intelectuais. E acaso é novidade em Portugal estar preso um grande escritor? Não conheceram a prisão uma percentagem considerável dos nossos autores consagrados?

No caso do escritor Luandino Vieira, comprometido na luta anti-colonialista, a rectidão do juri pôs em evidência como o respeito pelos valores morais e intelectuais se identifica com o interesse es-

sencial do país e o futuro da presença da cultura portuguesa no mundo.

O escritor premiado pelo juri e perseguido pelo governo é pela sua obra um testemunho vigoroso da vitalidade da língua portuguesa e da cultura através dela veiculada. A literatura angolana nascente, de que Luandino Vieira é um dos melhores representantes, oferece ao lado das literaturas brasileira e caboverdeana, mais uma variedade cultural de língua portuguesa resultante da sua expansão e do seu encontro com outras culturas.

Um dia se dirá que não obstante a acção destruidora de um governo de curtas vistas a Sociedade Portuguesa de Escritores de algum modo apadrinhou o baptismo da nova literatura angolana, e que, em plena guerra colonial, um juri português teve a coragem de reconhecer num jovem escritor angolano um dos melhores artífices da prosa portuguesa.

Isto é infinitamente mais importante para a presença de Portugal no mundo e na história do que as energias e as vidas sacrificadas numa guerra inútil e insensata.

Defendendo a dignidade das letras portuguesas o juri e a Sociedade mostraram que no respeito pelos valores morais e intelectuais reside o caminho da grandeza de Portugal.

Honra lhes seja! (António José Saraiva, ou Lu-so Canadano", 2-7-65)

NOVAS LUTAS

(...) Aplicando o decreto no 40.900 — que fôra revogado pela luta, pelas manifestações e reuniões estudantis — assim como o decreto 44.632 que o substitui, o governo queria aumentar ainda mais a sua intervenção na vida das associações estudantis reduzindo o direito de reunião e tornando-lhes difícil realizar assembleias gerais para discutir problemas imediatos, limitando a atitude cultural, artística e pedagógica que os estudantes assumiram com grandes esforços.

O controle sobre a Universidade — controle que se propunha criar uma mentalidade reaccionária e fascista — está escapando cada vez mais das mãos do governo de Salazar, o qual se mostra preocupado com as grandes lutas em que os estudantes não só, mostram coragem como também uma posição política bem definida e consciente.

O preço dessa posição é o sacrifício de muitos que foram torturados e expulsos do ensino superior pelas autoridades salazaristas. No entanto, jovens lutadores como Carlos Aboim Inglês, Carlos Brito, Joaquim Penha, Jorge Araújo, José Bernardino e Eurico de Figueiredo converteram-se em grandes exemplos de lealdade e devoção à luta da juventude estudiosa por uma universidade livre e democrática que dê ao Portugal de amanhã os especialistas de que ele necessita para se converter num país de progresso social e liberdade.

As lutas que se travaram na Universidade de Lisboa atraíram a atenção, a simpatia e a solidariedade da juventude e das forças progressistas de muitos países para com os estudantes portugueses.

Na realidade, a juventude oprimida que luta contra um regime fascista tem direito a uma solidariedade ativa, pois a sua luta é parte da luta geral da juventude e do povo pela defesa das vitórias democráticas, pela consolidação da paz e contra os inimigos do bem estar, da humanidade e da independência nacional.

Os estudantes portugueses deram prova de novas energias revolucionárias porque compreenderam a verdadeira situação na Universidade e no país e identificaram os responsáveis por semelhante situação.

Apresentaram-se ao povo de Portugal e às forças progressistas do mundo inteiro como bloco combativo, unido, disposto à luta e desenvolvendo uma tenacidade e uma coragem exemplares que honram a juventude portuguesa.

Na luta contra a ditadura fascista e a sua política de bancarrota compreenderam que classe de inimigo devem combater para terem o direito à cultura, à democracia e à liberdade.

Os estudantes viram que junto a eles estão as forças progressistas de Portugal e do mundo inteiro e que puderam contar com o apoio dos trabalhadores portugueses nas lutas que tiveram de travar contra a repressão fascista.

A experiência ensinou-lhes a organizar a luta, aproveitando as limitadas possibilidades legais e as condições especiais da vida univer-

sitária e a realizar reuniões e encontros enquanto, ao mesmo tempo, travam uma ação clandestina para promover essa valorosa luta de massas.

Os fascistas foram dominados pelo ódio e pelo desespero. Ante as justas exigências dos estudantes, mostraram a verdadeira face do regime, aos jovens que ainda não haviam tido nenhuma experiência política.

A luta dos estudantes não terminou, nem tampouco a luta do povo contra a ditadura.

Esta é apenas uma etapa. Outras etapas mais vigorosas se sucederão para pôr um paradeiro à política desequilibrada que assola o solo africano com uma guerra criminal, enquanto faz de Portugal um país subdesenvolvido onde a universidade mostra uma concepção reaccionária e medieval em detrimento dos interesses do povo e da juventude.

(in "Mundo Estudantil", Praga)

Rumo à Vitória

(Conclusão da pág. 3)

ria-prima é para exportar esta" ("D. Manhã", 28-6-62)

Concentração

No que respeita à lavoura, o Ministro da Economia tornou recentemente clara a intenção dos planos. No entender dos salazaristas, qual a causa de tão fracos resultados da cultura do trigo? "Parece que a grande questão (Disse o Ministro da Economia na Assembléa Nacional) se encontra nos muitos milhares de pequenos produtores, que obtêm produtividades de duas e três sementes e vão esgotando progressivamente os solos" (D. Manhã", 14.2.64). Por esta forma os fascistas atiram com a responsabilidade para cima dos pequenos produtores e procuram impedir de cultivar trigo. Os planos têm assim claramente em vista entregar o monopólio da cultura de trigo aos maiores lavradores (os que têm "terras aptas") dando-lhes para isso obras de rega e créditos e abrindo-lhes ao mesmo tempo a possibilidade de, em ligação com os monopólios industriais, virem a obter chorudos lucros com a floresta. Quanto aos pequenos agricultores, ainda existentes no sul, possuidores das terras "não aptas", impossibilitados de cultivar cereais, como podem eles passar à cultura da floresta e esperar que as árvores cresçam? Tudo quanto o governo tem para lhes oferecer é, nas palavras do Secretário da Agricultura, "entrarem para as empresas industriais com a terra a constituir a sua quota" (D. Manhã, 7.11.63). Isto é: o governo prepara-se para liquidar a pequena produção de trigo e expropriar os pequenos agricultores.

O plano não irá por diante na escala pretendida. Mas dará lugar sem dúvida a medidas que atingirão ainda mais fortemente os pequenos agricultores.

O que se verifica em relação aos planos de emparcelamento, de parcelamento, de "reconversão agrária" no sul verifica-se também em relação à hidráulica agrícola, de que beneficiam os grandes proprietários do Sado e contra a qual se ouvem os "queixumes" e "clamores" dos pequenos agricultores do Liz; verifica-se em relação ao "aproveitamento" dos baldios, de que cantam louvores os grandes senhores que se aposaram indevidamente de boas terras e contra o qual se erguem indignados os pequenos agricultores serenos, esbulhados dos pastos e das folhas de cereais; verifica-se em relação ao arrendamento, cujo novo prazo mínimo de 6 anos fixado na lei, visa incitar os rendeiros a fazer melhoramentos para beneficiar o proprietário.

Assim como na indústria a política fascista tem sido a de apressar a centralização e a concentração, arruinando e liquidando a pequena indústria e estabelecendo o domínio absoluto dos monopólios, — assim na agricultura tem sido a de impulsionar o desenvolvimento do capitalismo apressando a ruína e a proletarianização dos pequenos agricultores e dando o domínio absoluto da agricultura aos grandes proprietários e capitalistas. Tal como sucede com a pequena indústria o governo fascista estimulou e estimula uma verdadeira cruzada de expropriações dos pequenos agricultores.

Prof. Aurelio Marques da Silva

Faleceu em Lisboa, em meados de Fevereiro, o professor Aurélio Marques da Silva, Doutor em Ciências Físicas pela Universidade de Paris, autor de trabalhos científicos de projeção internacional, foi demitido, em 1947, por razões políticas, do seu lugar de professor



da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Foi amigo, companheiro e colaborador de Manuel Valadares, Ruy Luiz Gomes, Antonio Aniceto Monteiro, Hugo Baptista Ribeiro, Manuel Zaluar Nunes, todos igualmente vítimas do obscurantismo salazarista, e hoje dispersos pelo Mundo em Universidades estrangeiras.

PORTUGAL DEMOCRATICO
DIRETOR RESPONSÁVEL: Otávio Martins de Moura
SUCURSAL
RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 - Tel.: 43-0202
REPRESENTANTES
RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva - Rua Real da Torre, 819 - 1.º
CURITIBA: A. Ferrer - Rua João Pessoa, 67.
LONDRINA: Julio Duarte - Edifício Centro Comercial - Alqre. 141.
PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio - R. Dr. Flores 26 - Rio Grande do Sul.
PELOTAS: Heitor M. Bandeira - Rua 7 de Setembro, 312 - Pelotas - R. Grande do Sul
INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin - 10 Fentiman Road, London. S.W. 8
HOLANDA: ANGOLA COMITE - Vinkenstraat 15 - Amsterdam - C.
CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association 10 - Eden Place Toronto 2B - Ontário
A. dos Santos
7564 d'Outremont Ave. Apt.1 Montreal 15, P.Q.
VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa - Apartado 8287 - Caracas.
URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo, n.º 2.128, Distrito 5 - Montevideo.
CHECOSLOVÁQUIA: João Ribeiro - Postovná Urada - Praha.
FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" 29, rue St. André des Arts. Paris - 6.º eme.
REDAÇÃO
Rua Conselheiro Furtado, 191 - Sala 2 - Tel.: 37-0933 - São Paulo.
Caixa Postal 6248
EXPEDIENTE
Dias úteis: das 19 às 22 horas
sábados: das 15 às 19 horas.
Número avulso: Cr\$ 50
Assinatura anual Cr\$ 1.500
Ano X - N.º 97 - Agosto - 65
Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.



## Na Dinamarca

# Comité Pro-Portugal inicia grande campanha internacional

O Comité Pro-Portugal que se constituiu recentemente na Dinamarca iniciou as suas actividades lançando-se numa campanha de denuncia da politica repressiva do fascismo salazarista que alcançou grande repercussão internacional.

No dia 29 de Maio o Comité dirigiu aos governos de todos os países membros do NATO um apelo cujo texto foi publicado pelos principais diários de Copenhague, tendo alguns salientado que o Comité conta já com mais de 230 elementos, incluindo altas personalidades dos meios culturais e políticos que habitualmente não assinam documentos semelhantes.

Transcrevemos abaixo a integra do apelo remetido ao ministro dos Estrangeiros da Inglaterra, praticamente identico, de resto, aos demais:

"Nós, abaixo assinados representantes dos círculos políticos e culturais da Dinamarca, tomamos aqui a liberdade de chamar a atenção de Sua Magestade Britânica e seu governo para o facto de que a situação da opposição democrática em Portugal se tornou muito mais lamentável nos últimos meses — a recente perseguição brutal dos estudantes portugueses em Lisboa sendo uma manifestação típica deste estado de coisas.

Assim, pedimos instantemente ao governo Britânico que use da sua influencia junto as autoridades portuguesas e desejariamos sugerir que isso fosse feito sob a forma de uma notificação oficial já que a sua pressão da opposição democrática em Portugal é:

1) uma negação clara dos direitos humanos que é dever de todo o país garantir aos seus cidadãos.

2) incompatível com as proprias tradições de Portugal como nação civilizada.

3) incompatível com os compromissos declarados no programa de cooperação instituído entre Portugal e os outros países membros da Organização do Tratado do Atlantico Norte e

4) tornando-se progressivamente um obstáculo a continuação de tal cooperação.

Apelos semelhantes a este foram dirigidos simultaneamente aos respectivos governos das outras nações da NATO e o governo português foi notificado como se desejava.

Em nome dos signatários, cuja lista acompanhava esta carta, assinou o apelo o conhecido escritor Uffe Harder.

## A RESPOSTA DO PRIMEIRO-MINISTRO DA DINAMARCA

Em resposta ao apelo que lhe foi endereçado, o primeiro ministro da Dinamarca, sr. Per Hækkerup, enviou ao Comité Pro-Portugal a seguinte carta:

"Estudei com interesse a carta que me foi enviada em nome de um grupo a respeito da posição da opposição democrática em Portugal.

"E' bem conhecida a opinião do governo dinamarquês de que os direitos do homem e as liberdades democraticas devem ser respeitadas como base legal em qualquer sociedade. O governo é ativo sempre que possível, primeiro e acima de tudo nas Nações Unidas, com o objectivo de assegurar que este ponto de vista tenha o reconhecimento universal. Presume-se assim o que não pode existir qualquer dúvida em qualquer lugar quanto à atitude do nosso governo a este respeito.

"Sem olhar como as presentes condições em Portugal deveriam ser encaradas, creio que uma aproximação do governo português da maneira que foi solicitada não pode considerar-se pois, de resto na melhor das hipóteses não teria qualquer efeito e no pior dos casos poderia trazer uma deterioração da posição da Oposição portuguesa."

a) Per Hækkerup

E' de salientar que, apesar desta resposta não atender ao apelo que a motivou, envolve indirectamente a condenação da politica repressiva do governo fascista português, o que é muito importante por partir do chefe de um governo aliado de Lisboa. A feliz iniciativa do dinâmico Comité de Copenhague seria aliás um éxito pelo simples facto

de ter forçado a resposta do primeiro ministro de um país membro da NATO — o que até hoje não acontecera — sobre um documento que denuncia frontalmente o fascismo português.

## REPERCUSSÃO

A repercussão da campanha excedeu a melhor expectativa. Para manter a opinião publica dinamarquesa bem informada sobre a conjuntura portuguesa e os crimes que vêm sendo praticados pelo fascismo salazarista, o Comité tem contado com a melhor colaboração da Imprensa, da Radio e das agencias noticiosas internacionais que divulgaram com grande relevo a carta do primeiro ministro Hækkerup.

Na impossibilidade de publicarmos os nomes de todas as personalidades que deram a sua adesão ao apelo, damos abaixo os dos signatários do comunicado do Comité de 30 de Junho p.p. em que se fazia o historico de todas as iniciativas da organização e que foi enviado à imprensa internacional:

Benny Andersen, escritor; Anders Bodelsen, escritor; Ejner Hougard Christiansen, presidente nacional da Juventude Social-Democrata; Pelle Gudmundsen Holmgren, compositor; Uffe Harder, escritor; Erik Knudsen, escritor; Ivan Malinowski, escritor; Erik Mork, actor; Elisa Nielsen, jornalista; Palle Nielsen, pintor; Halfdan Rasmussen, escritor; Jorgen Schleimann, jornalista; Halldor Sigurdsson, jornalista; Sven Skovmand, jornalista; Erik Smidt, biólogo do Estado; Dan Sterup Hansen, professor universitário; Erik Stinius, escritor; Stig Veibel, professor universitário; Georg Norregard, professor universitário.

## Fascistas expulsos da conferencia da O.I.T.

A delegação fascista portuguesa à 49.ª Conferencia da Organização Internacional do Trabalho, recentemente realizada em Genebra, foi expulsa daquele conclave em circunstancias largamente relatadas pela imprensa.

A Frente Patriótica de Libertação Nacional, para que nenhuma duvida subsistisse acerca da posição dos democratas portugueses em relação ao assunto, tomou a iniciativa de remeter à Conferencia um extenso memorial pedindo a expulsão dos delegados fascistas enviados pelo governo salazarista a Genebra. Transcrevemos abaixo a introdução a esse importante documento, que conta 43 páginas e é assinado pelos membros da Junta Revolucionária da FPLN: Ruy Cabeçadas, José Maria Ervedosa, Fernando Piteira Santos, Pedro Ramos de Almeida, Manuel Seratório e Manuel Tito de Morais:

O regime politico que vigora em Portugal é o regime do "Estado Novo", estabelecido a 28 de maio de 1926, em seguida a um golpe de Estado que instaurou no país um governo ditatorial.

A natureza fascista e colonialista deste regime, do regime salazarista, já não precisa ser demonstrada.

Os seus crimes contra o povo português e os naturais de Angola, da Guiné, de Cabo Verde, de Moçambique e de outros países sob o domínio colonial português, apresentam-se dia a dia perante a opinião democratica mundial. Tornam-se aliás cada vez mais graves e perigosos para toda a humanidade.

Nestes termos, o povo português e a Frente Patriótica de Libertação Nacional a única organização unitária dos anti-fascistas e anti-colonialistas portugueses — acham que nenhuma consideração pode justificar da parte das organizações internacionais que se pretendem democraticas, o menor auxilio ao regime fascista e colonialista de Salazar, a começar pela admissão de seus delegados no seu seio.

Assim, a Frente Patriótica de Libertação Nacional,

1 — Atendendo a que a Constituição da Organização Internacional do Trabalho estabelece

— "que uma paz universal e durável só pode basear-se na justiça social" (preâmbulo)

— "que a não-adaptação por qualquer nação de um regime de trabalho realmente humano constitui um obstáculo aos esforços de outras nações desejosas de melhorar a sorte dos trabalhadores no seu próprio país"; (Preâmbulo).

2 — Atendendo a que a Declaração respeitante aos fins e objectivos da Organização Internacional do Trabalho, aprovada pela Conferencia Geral, reunida em Filadélfia na sua 26.ª sessão, afirma entre os seus principios fundamentais que

— "o trabalho não é uma mercadoria"

— "a liberdade de expressão e de associação é uma condição indispensável de um progresso estável"

— "a pobreza, onde quer que exista, constitui um perigo para a prosperidade de todos" (base I), e afirma também que

— todos os seres humanos, quaisquer que sejam a sua raça, crença ou sexo têm o direito de procurar o seu progresso material e o seu desenvolvimento espirital na liberdade e na dignidade, na sua plena económica e com oportunidades iguais".

— "a realização de condições que permitam chegar a esse resultado deve constituir o alvo central de toda a politica nacional e internacional" (base II).

3 — Atendendo a que a Constituição da Organização Internacional do Trabalho, estabelece no seu artigo III, paragrafo 5, que

— os membros comprometem-se a designar os delegados e consultores técnicos não governamentais de acordo com as organizações profissionais mais representativas, quer sejam de empregadores do país em causa, sob a condição de que tais organizações existam."

4 — E atendendo, por outro lado, a que em Portugal, há 40 anos ou quase

I — Os governantes salazaristas não são eleitos nem escolhidos pela nação portuguesa e que muito pelo contrário se mantém pela força, contra a vontade da Nação.

II — Que os governantes salazaristas, a fim de se manterem no poder, negam as liberdades mais fundamentais e esmagam os direitos humanos mais elementares.

III — Que os governantes salazaristas dissolveram e proibiram desde 1933 pela violência, os sindicatos e as organizações livres dos trabalhadores, em lugar dos quais impuseram pseudo-sindicatos que não têm qualquer independência ou liberdade de acção.

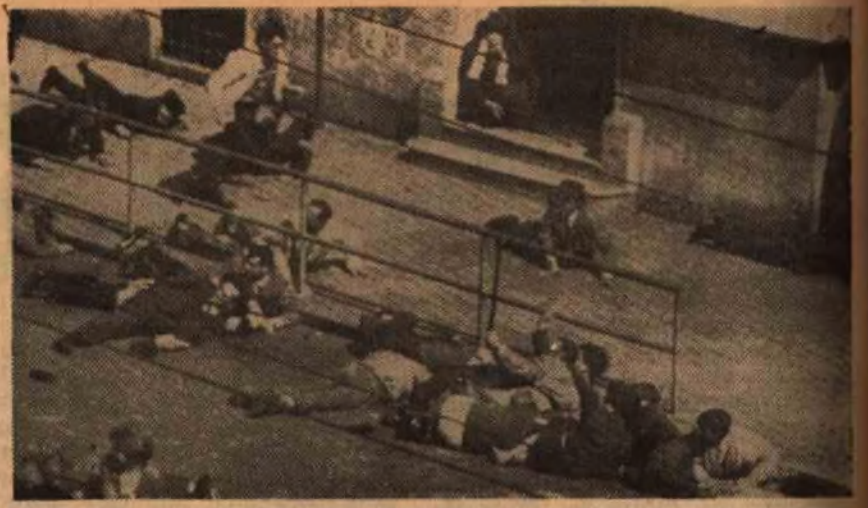
IV — que os governantes salazaristas condenam pela sua legislação e pela sua acção milhões de homens, mulheres e crianças à injustiça social, a um regime de trabalho desumano, à miséria.

V — Que os governantes salazaristas perseguem, prendem, torturam ou matam discriminadamente e arbitrariamente todos os trabalhadores e anti-fascistas que se pronunciam ou agem pela conquista dos seus direitos sindicais, sociais e politicos, pelo progresso e pela liberdade da sua pátria.

VI — Que os governantes salazaristas porfiam numa politica de escaavidão e de genocídio contra os povos de Angola, Guiné, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Timor e Macau, que lutam pela sua independência nacional.

5 — Protesta contra a presença, na 49.ª sessão da Conferencia Internacional do Trabalho, da delegação oficial portuguesa e dos delegados igualmente não representativos dos trabalhadores portugueses.

6 — Pede a sua imediata expulsão da Conferencia Internacional do Trabalho.



A PIDE, a PSP e a GNR acabam de inaugurar um novo metodo para dispersar manifestações populares e identificar os que nelas participam. O sistema foi ensaiado pela primeira vez quando dezenas de estudantes protestavam nas ruas contra o encerramento da Sociedade de Escritores. Trata-se de um carro-tanque que lança jactos de anilina sobre os manifestantes. Infelizmente para a Policia, um reporter norte-americano conseguiu fotografar a cena. A foto que reproduzimos foi publicada em centenas de jornais estrangeiros.

## ULTIMA HORA

# Americo Tomás «nomeado» presidente

LISBOA (Do Correspondente) — Exactamente como se esperava o chamado Colegio Eleitoral inventado por Salazar cumpriu dócilmente as ordens do seu senhor, descarregando no dia 25 de julho os seus votos no abulico almirante Americo de Deus Tomás, candidato da União Nacional à sua propria «reeleição».

Tudo correu de acordo com o programa previamente estabelecido. Dos 585 membros do Colegio Eleitoral não compareceram 16, por doença e outros motivos de força maior. Foram anulados 13 votos por irregularidades, mas ninguém se atreveu a votar contra. O sr. Americo Tomás recebeu assim 556

sufrágios, isto é a totalidade dos emitidos regularmente

Logo que o resultado foi anunciado, o presidente da Assembléa Nacional fascista, sr. Mario de Figueiredo, proclamou Americo Tomás presidente da República por mais sete anos. O mandato iniciar-se-á no dia 7 de agosto.

## POSIÇÃO DA ADS

Os dirigentes da Acção Democratica e Social não haviam obtido êxito, até à véspera da «eleição» em seus esforços para que Salazar autorizasse a publicação da entrevista à imprensa que o Movimento concedera no passado dia 19 de julho e cuja divulgação fora proibida pela censura. O prof. Mario de Azevedo Gomes, um dos principais dirigentes da ADS, fez nessa oportunidade declarações explicando que não era possível a nenhum partido ou agrupamento oposicionista participar das eleições, dentro do novo sistema que suprimiu a eleição directa. Do Colegio Eleitoral fazem parte apenas elementos da inteira confiança do regime: os membros da «Assembléa Nacional» e da Camara Corporativa e os representantes distritais e municipais indicados pelos governadores civis.

Durante a citada conferencia de imprensa, os dirigentes da Acção Democratica Social esclareceram que esse Movimento projecta, desde que haja garantias mínimas, disputar as «eleições» legislativas para renovação da «Assembléa Nacional», eleições previstas para fins de outubro ou principio de novembro.

## Contra a Guerra Colonial

Lisboa (Do Correspondente) — A hostilidade do povo ás guerras coloniais continua a manifestar-se em ritmo crescente e das mais diversas maneiras.

Em numerosas empresas, os operários recusam-se a atender ao apelo para que contribuam com uma hora de trabalho para a "guerra patriótica" do fascismo. Além da CUF, registraram-se protestos e manifestações contra a iniciativa nas seguintes firmas: Moagem Santa Iria, Covina e Cavan, na Povoia de Santa Iria; Trefilaria, Tintas Moveis Olato e Roblalac, em Sacavem; Idal, Vila Franca de Xira; Lanifícios Tejo, em Alenquer; Fundição, em Oeiras; Tudor, em Castanheira do Ribatejo; e Grandaleiro, em Grandola.

Em Pero Pinheiro, na empresa Marmores Portugueses, a direcção descontou nos salarios, sem previa consulta, a importância correspondente a uma hora de trabalho. A indignação entre o pessoal foi tal que os patrões, temendo uma greve se viram forçados a restituir a quantia abusivamente descontada.

Nos hospitais civis de Lisboa, a campanha foi igualmente um fracasso. Até na própria Caixa Geral dos Depósitos, apesar de todas as pressões realizadas pela administração, o apelo oficial esbarrou com a opposição do funcionalismo, sendo numerosas as secções onde a maioria do pessoal se negou a contribuir.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO  
R. Cons. Furtado, 191 — Sp. Brasil  
Endereços de Assinantes